

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Bruno Lins Costa Afonso

Entre o protestantismo e o catolicismo:

A conciliação religiosa no reinado de Elizabeth I

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em História

Professor Orientador: Antonio Edmilson Rodrigues

Data: 22/11/2019

Rio de Janeiro

Para minha família e meus amigos

Agradecimentos:

Escrever agradecimentos sempre é uma tarefa complicada, pois existe a possibilidade de se esquecer de alguém que foi importante na sua caminhada durante a faculdade. Um trabalho de monografia nunca se faz sozinho, então quero destacar aqui e o apoio e ajuda que recebo através dos anos na faculdade e na criação deste trabalho.

Em primeiro lugar queria agradecer a minha família, que por muitos anos, me apoiou na minha decisão de faculdade, em especial ao meu Pai, José Afonso e minha Mãe, Leonice Afonso que foram essenciais em todo o amparo emocional e apoio incondicional para o término da minha graduação.

Quero agradecer também, aos meus professores, a todos, mas particularmente aos professores Joao Duarte, Marco Pamplona, Iamara Viana e Antonio Edmilson Rodrigues, que me ajudaram nessa jornada longa da graduação com todas as conversas, dicas, sugestões de leitura e por me apoiarem na escrita deste trabalho monográfico. Destaco o papel do professor Antonio Edmilson Rodrigues, meu orientador que sempre se mostrou pronto a apoiar essa humilde monografia, e que sempre trouxe conselhos concernentes ao trabalho. Gostaria de agradecer também, mas não em menor escala, aos professores Romulo Mattos e Ilmar Rohloff de Mattos que ao longo da graduação me ajudaram em diversos outros projetos, como o PIBID e minhas apresentações nas aulas de Estágio I e II.

Outro pilar importante dos agradecimentos seria para os meus amigos. Aqueles que me aturam todos os dias à falar de monografia e sempre contribuem com uma análise e um retificação. Agradeço ao grupo dos GOLDS, amigos de longa data que estiveram presentes praticamente todos os dias da minha vida, e todo o apoio que eles me deram seja na vida, na graduação ou nessa monografia. Igor, Sabba, Vazzoler, João, Peddro e Vaillant, essa monografia eu fiz com a ajuda de vocês.

Trabalhar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio por dois anos, me fez conhecer pessoas maravilhosas, historiadores inclusive, que me apoiaram nessa longa caminhada pela graduação. Lucas Avelar, Flavia Martins, Matheus Basílio, Bianca Bastos, Gabriel Bonifácio e Larissa Giron são só alguns dos nomes que eu destaco que tornaram o trabalho de escrever essa monografia mais prazeroso. Obrigado à todos do palácio pela ajuda, vocês moram no meu coração para sempre.

A PUC tem um espaço especial guardado dentro de mim, não somente pela quantidade de professores que conheci, mas sim pela quantidade de amigos que fiz nesta faculdade. A todos do departamento de História que sempre tornaram discussões mundanas do dia-a-dia em algo frutífero para o futuro.

E por último, mas não menos importante, agradeço toda a equipe de funcionários do departamento de História que, durante os anos, me deram todo o apoio logístico e necessário para que minha graduação acontecesse. Obrigado Claudio, Anair e Igor.

Resumo: O presente trabalho propõe ser um estudo sobre a conciliação religiosa de Elizabeth I no século XVI, e como a historiografia inglesa aborda esse tema. Assim sendo, propõe-se a necessidade de analisar o contexto histórico da dinastia Tudor e do início da reforma protestante inglesa para entender o resultado da conciliação religiosa, assim como o debate historiográfico.

Palavras – chave: Elizabeth I, Inglaterra no Século XVI, Protestantismo, Debate Historiográfico, Anglicanismo, Conciliação Religiosa

Abstract: The present monographic work proposes a study about the religious settlement of Elizabeth I in the 16th century, and how English historiography addresses this theme. Therefore, it is proposed to analyze the historical context of the Tudor Dynasty and the beginning of the English Protestant reform to understand the result of religious conciliation, as well as the historiographical debate.

Keywords: Elizabeth I, Protestantism, England in the XVI Century, Historiographical Debate, Anglicanism, Elizabethan Settlement

Resumen: Este trabajo monografico propone ser un estudio sobre la conciliación religiosa de Isabel I en el siglo XVI y cómo la historiografía inglesa aborda este tema. Por lo tanto, se propone analizar el contexto histórico de la dinastía Tudor y el comienzo de la reforma protestante inglesa para comprender el resultado de la conciliación religiosa, así como el debate historiográfico.

Palabras-chave: Isabel I, Protestantismo, Inglaterra en siglo XVI, Debate Historiografico, Anglicanismo, Conciliacion religiosa.

- Sumário-

Introdução	5
Capítulo I: O reinado de Henrique VIII e o cisma inicial com Roma.....	8
1: A Inglaterra moderna e a ascendência dos Tudor.....	8
2: Movimento Lollardo.....	8
3: Reinado de Henrique VIII e sua política religiosa.....	9
Capítulo 2: A reforma protestante de Eduardo VI e a contrarreforma de Maria I.....	20
1: O reinado protestante de Eduardo VI.....	20
2: A contrarreforma de Maria I.....	26
Capítulo 3: Elizabeth I e a conciliação religiosa.....	33
1: A ascensão de Elizabeth I e a criação da conciliação religiosa.....	33
2: Oposição interna – o caso puritano.....	40
3: Crise de sucessão e a questão do casamento.....	45
4: Maria Stuart e a ameaça católica.....	46
5: A construção de um habitus anticatólico.....	57
Capítulo 4: A conciliação religiosa deu certo?.....sz.....	63
Conclusão	73
Referencias Bibliográficas	76

Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso pretende ser um estudo sobre a reforma protestante na Inglaterra, mais especificamente, o estabelecimento da conciliação religiosa de Elizabeth I na Inglaterra do Século XVI. Ele destina-se a entender como a religião e as questões políticas foram desenvolvidas dentro do reinado de Elizabeth I. A reforma da Igreja da Inglaterra no reino de Henrique VIII e as diversas mudanças dos reinados de Eduardo VI e Maria I são utilizados como panorama para explicar o contexto religioso em que a Inglaterra se encontrava anterior à coroação de Elizabeth. Busca-se por meio deste trabalho fazer um pequeno balanço historiográfico e a análise do panorama religioso no reinado de Elizabeth I. Serão utilizados neste trabalho os trabalhos dos historiadores Christopher Haigh (1993), Peter Marshall (2012), Patrick Collinson (1985), Diarmaid MacCulloch (2001), Alec Ryrie (2017), Susan Doran (1994) e Maria Abreu (2003), além de outros artigos e livros referentes ao tema.

Utilizando o conflito religioso elisabetano como pano de fundo e a conciliação religiosa como objeto, busco analisar em um contexto mais amplo o delinear cronológico da reforma da Igreja da Inglaterra na Era Tudor. O presente projeto de monografia busca entender como os conflitos religiosos entre católicos e protestantes, no contexto inglês do século XVI, consolidaram a reforma da Igreja da Inglaterra no reinado de Elizabeth I e futuramente o acordo religioso de tal Igreja

Para facilitar a leitura dividi esta monografia em quatro capítulos. Cada capítulo será responsável por uma parte de reforma protestante na Inglaterra, sendo o último capítulo um debate historiográfico sobre a conciliação religiosa elisabetana.

O primeiro capítulo será voltado para um estudo sobre o contexto político e religioso do reinado de Henrique VIII e a separação religiosa inicial entre Roma e a Inglaterra, com a pretensão de realizar uma análise e trajetória da reforma da Igreja da Inglaterra no reinado de Henrique VIII. Através dessa análise percebe-se como que as doutrinas protestantes já estavam presentes na Inglaterra antes da reforma da Igreja. No entanto, o seu desenvolvimento seguiu-se após a mudança institucional sob Henrique VIII, quando ele separou oficialmente a Igreja do papado, em 1533-341. Este capítulo é necessário para entender o contexto histórico inicial da reforma da Inglaterra e o cisma

de Roma. Foi dada atenção para a forma descritiva dos acontecimentos para um melhor entendimento do leitor.

O segundo capítulo tratará dos reinos de Eduardo VI e Maria I, como ambos mudaram drasticamente a abordagem em relação a religião. Ele está dividido em duas grandes partes. A primeira responsável por analisar o desenrolar da reforma protestante no reinado de Eduardo VI, e como que o auge do protestantismo foi atingindo através das reformas religiosas impostas pelo governo.

A segunda parte se concentrará no reinado de Maria I e na sua contrarreforma. A volta do catolicismo, assim como a queima de protestantes nas fogueiras, é o assunto principal deste capítulo. Entender o reinado de Maria I é necessário para observar como a ascensão de Elizabeth I, cinco anos depois, foi pautada por um extenso conflito religioso entre as matrizes protestantes e católicas na Inglaterra. A restauração do catolicismo de Maria I estará no cerne desta segunda parte, onde analisarei como esta restauração foi feita e como o legado deixado moldou as políticas religiosas dentro do reinado de Elizabeth I.

O terceiro capítulo se concentrará no reinado de Elizabeth I, ponto chave desta monografia. O delinear das políticas religiosas do reinado, é o assunto do capítulo, tendo a conciliação religiosa elisabetana como seu centro. Nele será abordado como a rainha criou sua conciliação religiosa como uma via média entre Roma e Genebra, e como foi a recepção de tal conciliação, tanto pelos protestantes como pelos católicos. Busca-se observar quais eram as ameaças religiosas e políticas que Elizabeth precisaria enfrentar para concretizar a consolidação da Igreja da Inglaterra como uma igreja protestante. Dentre as ameaças visio destacar a rainha da Escócia, Maria, os católicos ingleses, a Espanha e a própria Igreja Católica Romana em si.

Dentro do reinado de Elizabeth, os protestantes mais fervorosos, chamados de puritanos, acreditavam que Elizabeth havia se sacrificado demais com os católicos romanos ao criar o assentamento. Alguns dos conselheiros de maior confiança de Elizabeth, eram puritanos e tentaram pressioná-la a tomar medidas mais duras contra os católicos. A ameaça puritana, ainda que menor que as ameaças externas, teve um papel importante na recepção da conciliação religiosa.

O desenvolvimento de um habitus protestante pautado na metodologia dos conceitos de habitus e campo em Bourdieu, também está incluído no terceiro capítulo. O conceito de Bourdieu se torna presente nesse quesito por conta de suas proposta do processo de socialização através da construção de uma identidade estruturada. A relação

dialética entre estrutura social e o agente social é medido pelo habitus. O habitus enquanto conceito gera e determina os objetivos a serem alcançados e os caminhos trilhados, isto é, feito de maneira inconsciente. Desse modo o reinado de Elizabeth interiorizava essa imagem danosa do catolicismo, proliferando um sentimento protestante.

Por fim, no capítulo quarto, tive por objetivo fazer um apanhado das análises historiográficas sobre a reforma protestante inglesa na Dinastia Tudor. O objetivo deste último capítulo é abordar o debate historiográfico sobre as diferentes formas de se observar a conciliação religiosa elisabetana e perceber se ela foi bem-sucedida ou não conseguiu mudar a situação religiosa do país. Este capítulo será pautado nos trabalhos dos historiadores Peter Marshall (2012), Christopher Haigh (1982), Diarmaid MacCulloch (2016), Patrick Collinson (1985) e Rosemary O’Day (2015).

Rio, novembro, 2019

Capítulo I: O reinado de Henrique VIII e o cisma inicial com Roma

1. A Inglaterra moderna e a ascendência dos Tudors

O final da Idade Média foi um período turbulento na História da Inglaterra, especialmente nos séculos XIV e XV, caracterizado pela instabilidade política, tanto no interior, com a Guerra das Rosas. No cenário internacional a Inglaterra esteve envolvida na Guerra dos Cem Anos, e logo após seu término, teve o início do conflito interno entre as casas de Lancaster e York.

A Guerra das Rosas se finaliza na Batalha de Bosworth. A batalha ocorreu em 1485 onde o Ricardo III da casa dos York e Henrique Tudor, membro da casa dos Lancaster se enfrentaram. Henrique VII saiu vitorioso e ascendeu ao trono como Henrique VII, iniciando assim a dinastia Tudor. Os Tudors, sucederam a casa dos Plantageneta como governantes da Inglaterra e foram sucedidos pela Casa dos Stuarts.

2. O movimento dos Lollardos.

Antes da reforma protestante começar efetivamente na Inglaterra, já havia pequenos grupos que estavam insatisfeitos com o rumo que a Igreja Católica estava tomando e por isso pregava por medidas de reforma interna. Em 1350, John Wycliffe, foi o líder de um movimento chamado lollardismo. O movimento se iniciou dentro da Universidade de Oxford.

Os lollardos¹ eram um grupo de cristãos ingleses anticlericais que viveram entre o final de 1300 e o início de 1500. Eram seguidores de John Wycliffe, o teólogo e Reformador Cristão da Universidade de Oxford que traduziu a Bíblia para o inglês vernáculo. Este grupo tinha profundas discordâncias com a Igreja Católica. Eram críticos do Papa e da estrutura hierárquica da autoridade da Igreja. Os lollardos enfatizavam piedade pessoal, humildade e simplicidade em seu relacionamento com Deus, ao invés de formalidade. Em meados da década de 1380, o rei Ricardo II iniciou

¹ O termo "Lollard" era um termo depreciativo dado ao grupo pela Igreja estabelecida. A origem exata do termo permanece incerta, mas muitos etimologistas acreditam que ele tenha vindo da palavra holandesa "lollaerd", que significa "resmungão". Em meados de 1400, a palavra tornou-se essencialmente sinônimo de "herege". Ver mais em: MARSHALL, Peter. REFORMATION ENGLAND 1480–1642. 2. ed. New York: Bloomsbury Academic, 2012. p. 5-20

uma campanha ativa contra a heresia no reino, atacando obras heréticas, prendendo Lollardos e apoiando as autoridades da Igreja.

3. O reinado de Henrique VIII e sua política religiosa

Ao falar da Reforma Protestante, é comum incluir o anglicanismo, assim como o luteranismo ou o calvinismo, uma vez que, afinal, são religiões cristãs separadas da Igreja Romana. No entanto, os motivos que levaram ao cisma inglês foram diferentes daqueles que ocorreram na Europa, assim como o próprio processo também foi diferente na Inglaterra. Por um lado, a reforma luterana foram as classes populares do Império Germânico, que incentivaram os príncipes alemães a apoiar este apoio, com o objectivo de aumentar o número de pessoas no Império Germânico. o seu poder e independência à custa da Igreja de Roma.

Por sua vez, o cisma religioso começou nas classes altas, especificamente no próprio monarca, e, como veremos, não foi o resultado de uma tentativa de reforma, mas de um movimento político para aumentar o poder do próprio rei. Além disso, em nenhum momento se pretendia alcançar um cisma, no entanto o desenvolvimento dos acontecimentos, o tornou uma consequência. Como podemos ver, uma diferença fundamental é que o anglicanismo não teve origem popular, embora tenha acabado sendo aceito com base na construção de um sentimento anticatólico. Este sentimento também criou raízes entre as novas igrejas Protestantes do Império, onde os confrontos políticos e militares contra os Imperador eram fundamentais.

A reforma religiosa feita por Henrique VIII deixou poucas mudanças doutrinárias de qualquer significado. A rejeição da autoridade papal e o ajuste da administração eclesiástica foram as únicas mudanças significativas para a Igreja de Inglaterra, pois seus ritos e crenças ainda continuavam católicos. É necessário notar como as necessidades particulares de Henrique VIII tiveram um peso tremendo no cisma com a Igreja de Roma. O rei não era protestante e não queria uma Igreja Protestante na Inglaterra, mas uma ruptura com Roma serviria a seus propósitos políticos e dinásticos. No entanto, esse começo da reforma inglesa no reinado de Henrique VIII seriam os alicerces a serem utilizados pela rainha Elizabeth I durante sua conciliação religiosa.

Este capítulo explora de que forma a reforma no reinado de Henrique VIII moldou o cenário necessário para o desenvolvimento protestante no reinado de Eduardo VI e seu impacto legado deixado na conciliação religiosa de Elizabeth I.

Henrique VIII tornou-se rei aos dezoito anos de idade, quando seu pai, Henrique VII, morreu em 1509. O casamento entre Catarina de Aragão e Henrique Tudor foi resultado das relações diplomáticas de Henrique VII: a fim de preservar a aliança com a Espanha, que o pai havia nutrido. Antes que Henrique pudesse se casar com Catarina, uma dispensa teve que ser obtida do papa Júlio II, que foi feita em 1503. Tal dispensa era necessária pois Catarina era casada com o irmão mais velho de Henrique, Arthur Tudor, que veio a falecer precocemente. (NEWCOMBE, 2001, p. 24)

Depois de mais de dez anos de casamento, na década de 1520, Catarina já tinha mais de trinta e cinco anos e só tinha dado uma filha a Henrique. Várias gravidezes fracassadas, abortos e mortes de recém-nascidos incomodaram o Rei, que parecia sem um herdeiro masculino viável, apenas sua filha Maria sobreviveu.

As tensões entre os cônjuges foram agravadas pela chegada de Ana Bolena à Corte em 1522. Ana era uma jovem, parente do Duque Howard, que tinha acabado de voltar de estudar na França. Ana Bolena teve um impacto significativo dentro da reforma de Henrique VIII e por apresentar diversas ideias protestantes para o Rei. (ABREU, 2003, p. 226)

Assim começou o processo de anulação conhecido como "*The King's Great Matter*", o grande assunto do rei, ou o divórcio. No entanto, para falar sobre estas datas o conceito de divórcio pode ser anacrônico, uma vez que se pretendia uma anulação, isto é, agir como se os dezoito anos de casamento entre Henrique VIII e Catarina de Aragão não tivessem existido.

Em 1526, Catarina tinha gerado apenas uma criança que sobreviveu a infância: uma menina. Desejando um herdeiro masculino ao trono, e acreditando que Catarina já tinha passado dos anos férteis, Henrique VIII começou a se aproximar da jovem Ana Bolena. Dessa maneira, em 1527 o Rei comunica a Catarina que acreditava que seu casamento de dezoito anos de idade tinha sido ilegal. Os objetivos de Henrique VIII ao fazer tal declaração, seria para ter seu casamento anulado, assim, podendo casar-se novamente e tentar dar continuidade a sua dinastia na esperança de um herdeiro masculino.

A Reforma de Henrique VIII foi motivada pelo de assegurar a sucessão da dinastia Tudor na Inglaterra. Quando os meios normais para alcançar os seus fins se

esgotaram sem um resultado positivo, Henrique começou a alcançar o seu objetivo usando, encorajando e, talvez, amplificando o sentimento religioso crítico e até mesmo o que anteriormente tinha sido considerado opiniões heréticas.

Assim, em 1527, Henrique estava preparado para iniciar o processo de nulidade, que devia ser decretada pelo Papa. O rei estava otimista em relação à possibilidade de obter a nulidade, no entanto o Papa rejeitava a maior parte de seus argumentos. Os argumentos de Henrique VIII se pautavam na forma com a qual ele se casou com Catarina de Aragão e como isso seria bíblicamente errado, baseado em Levítico 18:16² e 20:21³. Ele instruiu o Cardeal Wolsey para iniciar os esforços para garantir a anulação legal de seu casamento com Catarina, para que o Rei pudesse se casar com Ana Bolena.

Thomas Wolsey era um cardeal e estadista, Lorde Chanceler de Henry VIII e um dos últimos clérigos a jogar um papel dominante na vida política inglesa. Wolsey fez um nome para si mesmo como um administrador eficiente, tanto para a Coroa como para a igreja. Quando Henrique VIII se tornou rei em 1509, a rápida ascensão de Wolsey começou. Em 1514, ele foi nomeado Arcebispo de York e um ano depois o papa fez dele um cardeal. (GUY, Tudor England, 1988, p. 84)

Henrique queria desesperadamente um filho e argumentou que seu casamento com Catarina de Aragão, com quem tinha uma filha, não era legal. Ele pediu a Wolsey para usar sua influência em Roma para obter uma anulação papal do casamento de Henrique para que ele pudesse se casar novamente.

Wolsey foi incapaz de realizar isso, em parte porque o sobrinho de Catarina, o Sacro-Imperador Carlos V, tinha muita influência sobre o Papa na época. O fracasso de Wolsey para arranjar uma anulação para Henrique foi rapidamente seguido por sua queda. Wolsey foi preso perto de York em novembro de 1530 e acusado de traição e *praemunire*⁴. Ele morreu em 29 de novembro do mesmo ano em sua viagem ao sul para enfrentar o julgamento. (GUY, 1988, p. 115)

² “A nudez da mulher de teu irmão não descobrirás; é a nudez de teu irmão.” BÍBLIA SAGRADA. Levítico, capítulo 18, versículo 16. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003, p 124

³ “E quando um homem tomar a mulher de seu irmão, imundícia é; a nudez de seu irmão descobriu; sem filhos ficarão”. BÍBLIA SAGRADA. Levítico, capítulo 20, versículo 21. Tradução de João Ferreira Almeida. 75ª impressão. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003, p 123

⁴ *Praemunire* era um mandado ou uma convocação que pressupunha o poder do Papado para jurisdição sobre certos assuntos. Os Estatutos do *Praemunire* foram leis promulgadas no século XIV para limitar o poder do Papado dentro da Inglaterra.

Em 1530 o Parlamento aceitou o restabelecimento da acusação chamada *praemunire*, onde indivíduos poderiam ser condenados por um crime por apelar a qualquer poder fora do reino para a resolução de uma situação em Inglaterra. Em particular, a lei visava aqueles que reconheciam a autoridade do Papa sob a autoridade real. A lei permitia que as acusações pudessem ser retiradas se fossem pagas multas no valor de 118.000 libras esterlinas.

Esse restabelecimento da *praemunire* evidência como as tradições inglesas parlamentares voltam a se tornar o centro do debate dentro do Parlamento Reformador de Henrique VIII. Ao realizar essa acusação, o Rei diminui ainda mais o poder papal dentro da Inglaterra e fica um passo mais próximo do total cisma com Roma.

As tentativas do rei Henrique VIII de divorciar-se da esposa Catarina de Aragão, causaram grandes controvérsias não apenas em seu reino, mas em toda a Europa. Enquanto Henrique pressionava o Papa a fim de anular o casamento, ele também estava sendo pressionado pelo Sacro Imperador Romano-Germânico, Carlos V, para que a união permaneça válida. Carlos V era sobrinho de Catarina e, portanto, possuía um interesse político e pessoal em salvar seu matrimônio.

O reinado de Henrique VIII é repleto de frustrações pessoais do monarca em conseguir um herdeiro masculino e garantir que a dinastia Tudor continuasse em frente. A reforma a qual começou no reinado de Henrique VIII foi “conjunto de preferências emocionais” (MACCULLOCH, 1995, p. 178), os primeiros acontecimentos da Reforma Inglesa ocorreram ao lado dos processos de divórcio de Henrique VIII. A historiografia inglesa reconhece que Henrique não era protestante, e a grande maioria do povo inglês, embora pudesse ter sido um pouco anticlerical, era, na época, devotado piedosamente à Igreja Católica. (MARSHALL, 2012, p. 30)

Em 1521, Henrique defendeu o catolicismo das acusações de heresia por Martinho Lutero, em um livro que escreveu, provavelmente com a ajuda de Thomas More, intitulado "A Defesa dos Sete Sacramentos", pelo qual ele foi premiado com o título de "Defensor da Fé" pelo Papa Leão X. Henrique VIII era piedosamente católico, no entanto, a situação do seu divórcio e a chegada de Thomas Cromwell no poder, tornaram a cisma com Roma algo possível. (NEWCOMBE, 2001, p. 3)

A necessidade da anulação do casamento com Catarina fez com que o Henrique VIII depositasse toda sua esperança no Cardeal Wolsey, Arcebispo da Cantuária, mesmo assim as negociações com o papa não funcionavam e após a queda de Wolsey, a pessoa responsável pela anulação do casamento foi Thomas Cromwell.

Cromwell era secretário de Wolsey e após sua participação no Parlamento inglês viria a se tornar Conselheiro Real de Henrique VIII para os assuntos parlamentares e por volta do final de 1531 tornou-se um membro do círculo de proximidade e confiança do rei.

A solução para o problema matrimonial e dinástico de Henrique VIII veio por meio de Thomas Cromwell. Em 1529 o Parlamento se reuniu e inaugurou o *Reformation Parliament*⁵, dedicado a resolver o problema matrimonial do Rei. Devido a situação religiosa do momento o estabeleceu-se um ato para remover os privilégios legais do clero. Esse ataque ao status do clero veio de Henrique VIII devido à falha de negociações que o Cardeal Wolsey e seus bispos tiveram com o papado. Nos anos que se seguiram o Parlamento Reformador foi responsável pelas maiores mudanças no reinado de Henrique VIII.

Em 1532 o Parlamento aprovou o Ato dos Annates⁶ restringindo em parte o valor monetário que era enviado a Roma anualmente. Esse ataque inicial ao clero foi necessário para pressionar o papa à aceitar o divórcio de Henrique com Catarina. Thomas Cromwell, enquanto anticlerical, foi responsável por diversas das medidas iniciais do Parlamento Reformador.

Entre 1532 e 1533 dois atos que seriam aprovados no Parlamento serviriam como base a reforma henriquina: A Súplica contra os Ordinários foi um ato aprovado pela Câmara dos Comuns em 1532. Foi o resultado de queixas contra os prelados da Igreja da Inglaterra e o clero. Ordinários nesta lei significa um clérigo, tal como o bispo diocesano de uma sé episcopal, com jurisdição ordinária sobre um território específico. (NEWCOMBE, 2001, p. 46)

Em 24 de janeiro de 1533, o então Arcebispo da Cantuária, Thomas Cranmer, realizou a cerimônia privada de casamento entre Ana Bolena e Henrique Tudor. O casamento tinha de ser mantido em segredo durante algum tempo, uma vez que a máquina legal ainda não estava pronta para dar as informações necessárias de legalidade do matrimônio e posteriormente da linhagem que viria dessa relação.

⁵ Título dado ao parlamento que funcionou para resolver os assuntos do Rei, em especial a anulação de seu casamento com Catarina de Aragão, atacar os privilégios clericais e futuramente garantir a supremacia real. Ver mais em: RYRIE, Alec. *The Age of Reformation: The Tudor and Stewart Realms 1485-1603*. London: Routledge, 2009

⁶ Os annates era um imposto eclesiástico coletado na Inglaterra e enviado para Roma. Esse imposto era cobrado a qualquer diocese como pagamento da nomeação e autorização papal para a consagração de um bispo. Desta forma, um terço das receitas do primeiro ano daquela diocese em particular iria para Roma.

A Lei de Restrição de Apelos Eclesiásticos de abril de 1533, redigida por Thomas Cromwell em nome do rei Henrique VIII da Inglaterra, proibiu todos os apelos ao Papa em Roma sobre questões religiosas ou outras, fazendo do rei a autoridade legal final em todas essas questões na Inglaterra, País de Gales e outras possessões inglesas. (NEWCOMBE, 2001, p. 49)

O ano de 1534 foi o mais importante para o Parlamento Reformador, pois garantida a anulação do casamento com Catarina, a independência religiosa da Inglaterra de Roma e a garantia da dinastia Tudor estavam asseguradas. Dois atos foram responsáveis por essa drástica mudança: O Ato de Sucessão de 1534, declarava inválido o casamento de Henrique VIII e Catarina de Aragão e tornava Maria Tudor um produto ilegítimo deste casamento.

O Ato de Sucessão garantiu segurança para todas as crianças de Henrique e Ana Bolena, às quais toda a nação teve de prestar juramento e rejeitar o mesmo seria traição; Em 3 de novembro de 1534, o Parlamento aprovou o Ato de Supremacia que reconheceu Henrique como o "Chefe Supremo da Igreja da Inglaterra".

A Lei das Traições também foi aprovada em 1534. A lei afirma que o desejo de forma maliciosa ou ter vontade de privar o rei ou a rainha do título ou nome de suas propriedades reais era para ser considerado traição, e punível com morte. Finalmente, a separação de Roma foi concluída após a reunião do Parlamento de 1534, nela aprovou-se um estatuto pelo qual os clérigos que assumiram novos cargos deveriam pagar ao rei, em vez de a Roma, um ano dessa nova renda e um imposto anual sobre 10% dela.

O aspecto mais importante deste Parlamento foi a aprovação do Ato de Supremacia, pelo qual o rei se tornou o chefe supremo da Igreja da Inglaterra. O evento determinante da Reforma de Henrique VIII foi o estabelecimento da supremacia real sobre a Igreja da Inglaterra, embora inicialmente esta ruptura não envolvesse uma transformação radical da teologia da Igreja, as questões jurisdicionais tinham sido resolvidas. Aqueles poderes que antes eram vistos como pertencendo exclusivamente ao Papa, agora estavam nas mãos do rei.

A historiografia inglesa argumenta como todo o desenrolar do Cisma de Roma teve um embasamento teórico pautado no contexto europeu da época. A relação entre o divórcio e a garantia da supremacia real, se torna presente no fato dos países protestantes se tornarem possíveis aliados da Inglaterra.

A reforma protestante ocorrida em países como Alemanha, Dinamarca e Suécia, dava para Henrique VIII uma válvula de escape caso surgisse uma situação de

atrito contra os reinos cristãos. A campanha pelo divórcio e os ataques que o parlamento fazia a jurisdição da igreja, atraía os olhares dos evangélicos ingleses e começava a repercutir com a visão anticlerical. (RYRIE, 2017, p. 114)

O Parlamento Reformador existiu de 3 de novembro de 1529 à 4 de abril de 1536. Durante os 7 anos de existência deste parlamento, ele foi responsável por grande parte dos atos que moldaram a Reforma Protestante no reinado de Henrique VIII, assim como criou os atos que seriam necessários para a continuidade dessa reforma nos outros reinados posteriores.

Durante os treze últimos anos do reinado de Henrique VIII, o parlamento aprovou diversos atos que pautaram a reforma henriquina e criaram o legado para o resto da dinastia Tudor. Com este novo poder nas mãos do rei, o Parlamento começou a agir no seio da Igreja da Inglaterra, especialmente motivado por Cromwell.

Uma vez que Henrique rompeu com Roma, ele voltou suas atenções para os vários mosteiros espalhados pela Inglaterra. As estruturas católicas mais ricas da Inglaterra eram os mosteiros onde os monges viviam. Eram também os suportes mais leais do papa, transformando-os em uma ameaça para Henrique.

Os mosteiros levavam estátuas que eram adornadas com sedas finas e joias. Havia também cofres cheios de dízimos e doações para a igreja. Todos estes foram apreendidos e entregues diretamente aos cofres da coroa.

O anticlericalismo sob Henrique VIII era dirigido particularmente aos mosteiros. Aos olhos de muitos na Inglaterra, os mosteiros tinham sobrevivido ao seu propósito e precisavam ser reformados ou abolidos. Em 1536, um ato no parlamento foi aprovado que confiscaria todas as terras dos mosteiros católicos e as colocaria para a venda, sendo que todo o dinheiro arrecadado iria para os cofres reais. (NEWCOMBE, 2001, p. 62)

Entre 1535 e 1540, Henrique VIII fechou os mosteiros e confiscou as suas propriedades; durante a década de 1540, a Coroa vendeu grande parte da terra. Os principais compradores eram membros da crescente classe mercantil, acima de tudo, da nobreza do país. Grande parte do dinheiro arrecadado foi utilizado em uma campanha militar arruinada na França entre 1544-46. A Inglaterra invadiu a França em 1544, onde capturou Boulogne e a manteve por quase nove anos antes de vendê-la de volta à França. (RYRIE, 2017, p. 124)

A dissolução dos mosteiros teve uma reação mista. Em algumas áreas, as casas desistiram silenciosamente e sem qualquer clamor público. Em outros lugares,

particularmente no Norte, onde o monasticismo manteve alguma da sua força e popularidade anteriores, os comissários encontraram uma forte resistência. Aqui, o resultado imediato da dissolução dos mosteiros foi a oposição, até então latente, às políticas do rei e às mudanças que este tinha imposto, uma reação dura que, durante algum tempo, pareceu ameaçar a própria Coroa.

O desenvolvimento da reforma nos últimos anos do reinado de Henrique VIII seguia conforme as necessidades do rei de conseguir seu primogênito masculino. Após as acusações de adultério em relação a Ana Bolena, sua pena foi a decapitação e após Henrique se casa com Jane Seymour, que será a mãe de seu único filho Eduardo, futuro Rei Eduardo VI.

O Ato das Traições e o Ato de Sucessão davam todo o poder político necessário para que Henrique VIII conseguisse mudar de esposas até que seu filho nascesse. Jane Seymour vem a falecer no parto do menino, mas Henrique ainda se casaria mais 3 vezes após a morte de sua esposa. Dentre esses casamentos, a ação de sua última esposa Catarina Parr é importante para entender o contexto de criação de Elizabeth I, caso que iremos aprofundar no terceiro capítulo.

A reforma imposta por Henrique VIII teve um impacto mais político do que teológico. A política da reforma henriquina se tornou presente na forma como o rei tratava seus súditos. Mais de cinquenta pessoas foram executadas por traição e quarenta queimadas por heresia. O catolicismo sem o papa, forma com a qual Henrique VIII organizava sua Igreja, as mudanças teológicas eram menos importantes do que as mudanças políticas.

No entanto, o desenvolvimento subsequente da religião inglesa foi substancialmente moldado pelos eventos do reinado. A perfeita criação de Henrique, a Supremacia Real, foi para o bem ou para o mal o contexto inevitável para as possibilidades de praticar a fé em Inglaterra durante um século.

Em poucos anos, o Parlamento - sob a direção e o impulso do Rei - fez leis que afetaram todos os aspectos da vida nacional, especialmente na prática e na doutrina religiosas, que anteriormente estavam sob a autoridade exclusiva da Igreja. Com os estatutos da década de 1530, o Parlamento tornou-se omnicompetente, ou seja, nenhuma área envolvida no governo do reino estava fora da sua autoridade.

O Parlamento aprovou leis que transferiram a autoridade religiosa do Papa para a Coroa inglesa, deu à Coroa o controle sobre a riqueza e os edifícios da antiga Igreja, estabeleceu a doutrina religiosa oficial, alterou a sucessão ao declarar ilegítimos vários

dos filhos do Rei, e inaugurou um programa mais amplo de reforma social, religiosa e econômica. Todos os sucessores de Henrique VIII igualmente usaram o Parlamento para aprovar a sua própria legislação mudando a natureza, doutrina e autoridade da Igreja na Inglaterra.

O Ato dos Dez Artigos proposto por Cromwell e aprovado no Parlamento em 1536 teve um papel importante para moldar a reforma política henriquina. O seu peso fundamental não estava em ser abertamente protestante, mas em deixar a interpretação protestante como possibilidade que apresenta medidas moderadas contra as imagens das igrejas, das peregrinações, dos santos, mencionaram apenas os sacramentos do batismo, da eucaristia e da penitência.

Os Dez Artigos de 1536 foram criados pelo Arcebispo Thomas Cranmer a fim de esclarecer as crenças e ideais da Igreja da Inglaterra após a sua separação da igreja de Roma no século XVI. Em geral, havia apenas algumas pequenas, mas importantes diferenças nas crenças da Igreja da Inglaterra e da Igreja Católica, principalmente que o monarca da Inglaterra era o chefe da igreja e não o papa e que o divórcio era permitido.

A interpretação protestante aberta dos dez artigos, permitia que a Inglaterra, com seu rei excomungado da Igreja, pudesse realizar relação diplomáticas com os príncipes protestantes germânicos. Para Cromwell, que sentia que a ameaça de uma aliança de nações católicas no continente era real, a única aliança sensata seria com os Estados protestantes na Alemanha. Como resultado, ele usou sua posição para promover ideias protestantes e elevar reformadores a posições de autoridade na Igreja. Isto daria a impressão de que, pelo menos, a Inglaterra era protestante. (NEWCOMBE, 2001, p. 64)

Com base nestes artigos, foi criado o Livro dos Bispos, uma coleção de instruções pastorais tradicionais e ortodoxas. No entanto, um grande sucesso protestante foi a aprovação da versão vernacular da Bíblia em inglês em 1537 e sua disseminação, concebida por Cromwell. A criação do Livro dos Bispos e da tradução da Bíblia, marcaram Henrique VIII como o rei responsável por essa primeira tradução oficial da Bíblia.

Os últimos anos do reinado foram marcados por um retorno às posturas totalmente ortodoxas, e um elemento chave para isso foi a publicação da Lei dos Seis Artigos em 1539. Estes artigos implicaram um claro afastamento das posturas protestantes, pois não havia nada de ambíguo neles: a confissão tornou-se obrigatória, as boas obras recuperadas, o casamento dos padres foi proibido e a transubstanciação foi

afirmada. Esta nova posição foi reafirmada com a revisão do Livro dos Bispos, que deu origem ao *King's Book* em 1543.

Henrique VIII não se considerava protestante. A Igreja da Inglaterra criada pelo Ato de Supremacia era, aos seus olhos, um corpo católico. Henrique esperava reter doutrinas e rituais católicos, não fazendo mais do que abolir mosteiros e negar a posição do Papa como chefe da igreja na Inglaterra. (RYRIE, 2017, p. 121)

A preocupação básica de Henrique era política, mas as alterações na estrutura da Igreja deram lugar a uma reforma de carácter religioso. Parte do impulso veio dos sobreviventes da Lollardismo, parte do movimento luterano no continente e mais ainda do humanismo cristão representado por Erasmus. Embora Henrique conservasse muita doutrina católica, especialmente a transubstanciação e a organização eclesiástica, ele introduziu mudanças importantes, incluindo a supressão dos mosteiros, a introdução da Bíblia no vernáculo das igrejas paroquiais e a permissão ao clero para se casar.

Inevitavelmente, suas políticas levantaram uma oposição, por parte dos católicos ingleses que ressentiam extremamente a ruptura com Roma, e ainda mais dos protestantes militantes, que começaram a introduzir dentro da igreja de Inglaterra tais práticas protestantes como a união do clero, o uso do inglês em vez do latim no ritual, e a abolição da confissão aos padres e invocação de santos.

A Peregrinação da Graça foi um reflexo da oposição do Norte a todas essas mudanças de doutrina, ao Ato de Supremacia do Rei e à dissolução dos mosteiros. Como consequência da Peregrinação da Graça, os grandes mosteiros, que haviam sido dispensados em 1536, também foram fechados. As casas e propriedades dos mosteiros cessados passaram para as mãos da Coroa, que entre 1536 e 1540 vendeu as terras, principalmente ao senhorio, que aumentou o seu poder desde então.

Henrique usou a força de encontro à oposição católica e executou alguns de seus líderes. Tentou então estancar a maré protestante apelando ao Parlamento. Em 1539, a pedido de Henrique, o Parlamento aprovou o estatuto dos Seis Artigos, reafirmando a transubstanciação, o celibato do sacerdócio, a confissão aos sacerdotes e outras doutrinas e rituais católicos, e fazendo da sua negação uma heresia.

A reforma feita por Henrique VIII deixou marcas profundas na Igreja da Inglaterra, alterando sua forma de funcionamento e distribuindo a propriedade dos mosteiros à nobreza inglesa. A academia revisionista de Christopher Haigh foi responsável por utilizar novas fontes e dismantelar o debate da Reforma Inglesa

pautada numa narrativa progressista.⁷ O reinado de Henrique VIII foi o primeiro passo dado a reforma que seria intensificada no reinado de Elizabeth I. A historiografia inglesa aceita que a Reforma na Inglaterra foi um processo árduo e prolongado.

Henrique morreu em 1547, e sua sucessão foi definida em 1544, após vários atos de sucessão. O primeiro Ato de Sucessão de 1534 removeu a linha de sucessão a Maria, filha do rei e de Catarina de Aragão; a segunda, em 1536, eliminou a Elizabeth I, filha de Ana Bolena; mas o terceiro ato, de 1544, incluiu as suas filhas na linha de sucessão, atrás do Príncipe Eduardo, que veio ao trono como menor. Religiosamente, Henrique VIII deixou uma igreja católica com algumas reformas mínimas, dando origem a altos e baixos que terminaram com a definição do anglicanismo com Elizabeth I.

Quando Henrique VIII morreu em janeiro de 1547, deixou para trás uma igreja na Inglaterra que estava em transição e estabeleceu os alicerces necessários para a continuação da reforma inglesa. O início da Reforma Inglesa adquiriu seu caráter distintivo da convergência de um movimento de reforma espiritual com os requisitos dinásticos e políticos da Coroa inglesa.

⁷ MARSHALL, Peter. (Re)Defining the English Reformation. *Journal of British Studies*, Vol. 48, No. 3 (Jul., 2009), pp. 565. London: Cambridge University Press. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27752571>

Capítulo 2: A reforma protestante de Eduardo VI e a contrarreforma de Maria I

1. O reinado protestante de Eduardo I

Os anos 1547-53 testemunharam uma campanha intensa sem precedentes para transformar o caráter de adoração e crença cristã. Eduardo VI se tornou rei com 9 anos. No entanto, seu pai se precaveu e planejou um governo regencial até que Eduardo tivesse idade de reinar. Esse governo regencial veio da criação de um conselho privado, por Henrique VII, para cumprir os deveres do governo até à maioridade do monarca.

Henrique VIII determinou em seu testamento que este conselho privado deveria ser composto de dezesseis conselheiros, a maioria deles antigos membros de seu próprio conselho privado. Edward Seymour Duque de Somerset também estava incluído nesse grupo de conselheiros, no entanto, um conceito de um conselho privado sem um líder que assumisse a responsabilidade do governo era alienígena a estes homens o que fez Seymour ganhar seu apoio e se tornar *Lord Protector* da Inglaterra.

O tio de Eduardo VI, Edward Seymour, liderou então o conselho privado de espírito reformista no controle do centro do poder. Seymour foi nomeado protetor do jovem príncipe e duque de Somerset. Agora, como duque de Somerset e protetor, seu principal interesse e de seus amigos estava em promover seu próprio poder e influência. Durante o protetorado de Edward Seymour, o avanço da ideologia protestante foi marcado pela aprovação de diversos atos e da atuação do Parlamento e do Conselho Privado em prol de medidas protestantes.,

Os primeiros anos do reinado de Eduardo foram ocupados com o que John Guy chamou de "grande debate nacional" sobre a população e suas práticas e doutrinas teológicas. (GUY, 1988) Com a aprovação de Eduardo, Somerset assegurou a passagem de uma legislação "pro-protestante".

O Parlamento foi utilizado para moldar à reforma protestante acelerada empreendida pelos governantes no reinado de Eduardo VI. Sob a liderança de Edward Seymour, Duque de Somerset e protetor do senhor, rapidamente ficou claro que a religião tradicional enfrentava um ataque mais implacável e inabalável à religião tradicional do que nunca desde o auge do poder de Thomas Cromwell.

A comparação em relação a Thomas Cromwell é devido ao seu papel parlamentar no reinado de Henrique VIII, e principalmente pela aliança do rei com o Parlamento, por meio da clássica tradição inglesa, que se torna ainda mais presente no reinado de Eduardo VI. Religiosamente, as políticas daqueles que governaram em nome de Eduardo VI eram dirigidas ao avanço do protestantismo. Nesta linha, as primeiras medidas do duque de Somerset centraram-se na revogação da lei dos monarcas precedentes.

Enquanto isso, comissários evangélicos sob autoridade real se preparavam para visitar todo o país e iniciar um programa de destruição da religião tradicional antiga e introdução da nova religião protestante, usando injunções emitidas pelo jovem rei; além disso, sob restrita autoridade real, um conjunto de sermões oficiais e homilias foi emitido, muitas delas a doutrina protestante sobre justificação pela fé. (MACCULLOCH, 2000, p. 69)

Quando as procissões e peregrinações religiosas tradicionais foram proibidas, foram enviados comissários para remover todos os símbolos do catolicismo, em consonância com as políticas religiosas de Thomas Cranmer que favoreceriam cada vez mais o protestantismo.

A tensão entre os católicos e protestantes no reinado de Eduardo se intensificava. O anti-catolicismo aliado às acusações de heresia faziam com que diversos católicos fossem queimados na fogueira. Esse sentimento anticatólico era reprimido pelos conservadores ainda católicos nas regiões da Inglaterra onde o Catolicismo ainda tinha muita força, como a Cornualha. (HAIGH, 1993, p. 172)

Então, o Duque de Somerset teve que agradar tanto os protestantes radicais quanto os conservadores católicos. Essa situação criou um atrito religioso entre ambas as partes que resultou em diversos locais, na não aceitação das mudanças protestantes da Coroa e na manutenção de suas origens católicas, como ocorreu na Cornualha, onde houve uma queixa específica contra a imposição de um texto em inglês, pois a literatura espiritual e devocional católica na Cornualha estava bem estabelecida.

Desse modo, na primeira sessão do Parlamento após a coroação do novo rei, o Ato dos Seis Artigos de 1539 foi revogado. Uma segunda sessão foi realizada em 1549, que introduziu, o *Book of Common Prayer* juntamente com um Ato de Uniformidade para impô-lo. O casamento dos clérigos também foi legalizado na mesma sessão em 1549.

O Ato de Uniformidade foi aprovado em 21 de janeiro de 1549. O ato permitia um período de transição de um ano, após o qual as igrejas inglesas eram obrigadas a adotar o novo livro de oração. O clero que se recusasse a adotar o livro de oração, após o período de um ano, era punido com duras penalidades. A aprovação do Ato de Uniformidade tornou necessário a exigência de que a comunhão fosse administrada em ambos os tipos, vinho além do pão tradicional. Isto significava que seriam necessárias mudanças na liturgia, o que causou revolta nas paróquias mais resistentes ao protestantismo.

A criação do Ato dos Seis Artigos permitiu que diversos protestantes que, nos últimos reinados, estavam refugiados em outros países, voltassem para Inglaterra e praticassem livremente seus atos religiosos. Ao chegar, grande parte desses homens recebia posições de destaque no governo e em universidades.

O *Book of Common Prayer*, formulado por Thomas Cranmer, é aprovado em 1549, instituindo uma mudança drástica no interior da Igreja da Inglaterra. Os aspectos das práticas católicas, como estátuas e vitrais foram proibidos. O livro também era escrito em inglês e não em latim, e a utilização da língua vernácula dentro das paróquias era obrigatória. A participação popular dos leigos também foi imposta pelo ato de 1549.

O novo livro de oração confirmou as tendências protestantes dos responsáveis pela política religiosa do reinado. A missa tornava-se um serviço de ação de graças. O batismo passava a ser administrado à moda luterana; a confissão tornava-se facultativa, e o inglês era admitido como língua oficial da religião. O livro era visto como um compromisso entre velhas e novas ideias e era diplomaticamente ambíguo em seus ensinamentos implícitos; despertava oposição tanto dos conservadores quanto dos reformadores mais extremos. (HAIGH, 1993, p. 174)

A reação ao *Book of Common Prayer* causou revoltas em alguns locais na Inglaterra. As revoltas que, no decorrer do verão de 1549, eclodiram simultaneamente nas regiões norte, oeste e leste da Inglaterra não resultaram somente do descontentamento causado nas massas camponesas pelo desvio para o protestantismo, mas foi reforçado através da insatisfação de caráter religiosa da população camponesa. É significativo que os rebeldes da Cornualha e de Devon formularam, reclamações de caráter religioso, entre as quais o restabelecimento das missas privadas e o regresso ao latim, em vez do inglês. (RYRIE, 2017, p. 152)

Em julho de 1549, a força combinada dos rebeldes da Cornualha e Devon, cerca de 6000 homens, tomaram a decisão de sitiarem Exeter, a capital regional, cujos habitantes

permaneceram leais à coroa. Os insurgentes falharam nas suas tentativas de capturar Exeter. O governo ordenou a ida de um exército de 8.000 homens para que pusessem fim à rebelião.

A rebelião foi o resultado de um acúmulo de queixas, algumas das quais datadas de antes da chegada de Eduardo ao trono. A revolta foi alimentada principalmente pelo conservadorismo religioso, mas o desejo de proteger a distinção cultural da Cornualha também desempenhou o seu papel.

Somerset não teve mais sucesso em resolver as dificuldades econômicas e sociais do reinado. O aumento dos preços, a desvalorização da moeda e o custo da guerra tinham produzido uma crise inflacionária em que os preços duplicaram entre 1547 e 1549. Ele envolveu o país em uma guerra com a Escócia que logo envolveu a França e terminou em uma derrota inconclusiva, e ele ganhou a inimizade e desrespeito dos membros de seu próprio conselho. Aos olhos da elite governante, Somerset foi responsável pela inépcia governamental e pela revolução social e religiosa.

Como resultado da rebelião, o poder do Duque de Somerset no conselho privado foi abalado e, logo em seguida, ele foi substituído por John Dudley, o Duque de Nortúmbria. Essa mudança no centro, entretanto, não conduziu a nenhuma mudança fundamental na política religiosa. De fato, Dudley apoiou inovações adicionais a fim de manter o apoio do Arcebispo Cranmer e, na verdade, o favor do próprio jovem Rei. A queda do Duque de Somerset marcou o fim do primeiro ciclo da reforma protestante no reinado de Eduardo VI. Somerset favoreceu mudanças religiosas que agradavam protestante moderados, no entanto, elas poderiam ser facilmente interpretadas como católicas.

Os anos de 1552 e 1553 foram marcados por uma afirmação mais forte em prol do protestantismo por parte das autoridades reais. A reforma litúrgica, assim como a reforma teológica, colocava a Inglaterra num caminho protestante. Em 1552 foi proposta uma revisão do *Book of Common Prayer*, que suprimiu a presença real de Cristo na Eucaristia e eliminou a Missa e seus ornamentos, buscando sua simplificação.

Um livro intitulado Os Artigos da Religião, com mais de 42 artigos, foi elaborado pelo Arcebispo Cranmer e pela Convocação da Cantuária e de York⁸ e assinado por Eduardo. Foi publicada em maio de 1553. Os artigos da religião resumiram a doutrina do novo protestantismo na Inglaterra. Apenas dois dos antigos sacramentos

⁸ Em inglês Convocation. As Convocações de Cantuária e York são as assembleias sinodais dos bispos e do clero de cada uma das duas províncias que compõem a Igreja da Inglaterra, Cantuária e York.

foram mantidos: o batismo e a comunhão. A doutrina da transubstanciação foi negada. As doutrinas do livre arbítrio e da justificação pela fé foram afirmadas. As missas foram denunciadas como perigosas, e foi proclamado que não era ordem de Cristo elevar ou adornar a Eucaristia. O primeiro anúncio de Eduardo foi ordenar a submissão aos artigos por todos os membros do clero e que todos os eclesiásticos os lessem nas suas dioceses. (RYRIE, 2017)

Os 42 artigos revisaram o *Book of Common Prayer* introduzido em 1549, e alteraram a maior parte dos ritos religiosos. O batismo, confirmação e serviços funerários foram rescritos; grande parte das orações foram abandonadas; as vestimentas antigas usadas pelos padres foram proibidas; cantar se tornava proibido. (HAIGH, 1993, pp. 180-1)

A pressão por parte dos protestantes era ainda mais visível no reinado de Eduardo VI. Protestantes como John Knox pressionavam o Arcebispo Cranmer para uma afirmação mais protestante por parte das leis. Essa pressão resultou nos 42 artigos. No entanto, a aplicação dos artigos intensificou a situação financeira já precária das paróquias inglesas. À medida que os serviços se tornaram mais simples, jogos e cervejas foram suprimidos, guildas e fundos especiais foram abolidos, de modo que as igrejas atraíram menos dinheiro e afeição da população.

O saque feito nas paróquias pelos comissários oficiais do governo deixaram os inventários paroquiais vazios, pois a Coroa tinha interesse nos objetos de valor das paróquias – tais objetos incluíam, candelabros, cruces, adornos, vestes católicas – que em grande parte foram liquidados. Então havia uma tensão entre o governo e as paróquias sobre propriedades da igreja. Essa tensão será utilizada por Maria I para conseguir um apoio popular maior e ascender ao trono.

Ao final de 1553, as mudanças religiosas no reinado de Eduardo I foram drásticas e criaram um grande marco na forma com que historiadores analisaram seu reinado. Christopher Haigh, por exemplo, ridicularizou a ideia de que havia uma “reforma mecanizada e ideal” no reinado de Eduardo. Pelo contrário, o progresso da Reforma Eduardiana, como a de seu pai Henrique VIII, foi caracterizada por "ataques espasmódicos, inícios incertos e ameaças de reversão". (HAIGH, 1993, pp. 168-9) Diarmaid MacCulloch, pelo contrário, discerne continuidade e consistência, um trabalho determinado a partir de um programa de reforma ,calculadamente, aplicado. (MACCULLOCH, 2000, pp. 57-105)

A reação popular à reforma de Eduardo foi opaca. O catolicismo tinha sido consideravelmente ultrapassado. Em 1553, o futuro do catolicismo na Inglaterra era o esquecimento. A reforma eduardiana, assim como a de seu pai, foi feita de cima para baixo, sem nenhum clamor popular massivo pelo Protestantismo. No entanto, a morte precoce de Eduardo VI, assim como a tentativa falha do Duque da Nortúmbria para dar continuidade à reforma protestante, deu forças ao catolicismo e principalmente a futura rainha Maria I.

Em 1553, a Reforma eduardiana foi, por qualquer circunstância, uma revolução inacabada. Objetivos fundamentais, como a reforma do direito canônico, permaneceram por cumprir. *Popery*⁹ ainda espreitava, não só no coração do povo, mas também (pensavam alguns reformadores) nas próprias estruturas da Igreja. Já no curso do reinado, divisões alarmantes se abriram nas fileiras protestantes sobre o ritmo em que tais assuntos precisavam ser reformados, e sobre a liberdade da Igreja de escolher e manter instituições e observâncias não explicitamente comandadas pela Palavra de Deus. Estas divisões não desapareceram depois de 1553, e tornaram-se parte da dinâmica da própria Reforma.

A Igreja da Inglaterra sob Henrique VIII era uma mistura peculiarmente pessoal de ortodoxia doutrinária com elementos de reforma na adoração e prática. Mas uma verdadeira minoria protestante tinha surgido especialmente em Londres e no Sudeste e entre certos membros poderosos da elite social, e sob o reinado do rei Eduardo VI e seus dois regentes, a verdadeira reforma protestante avançou rapidamente durante seis anos.

Por volta de 1553, a Igreja da Inglaterra era claramente protestante em doutrina e em formas de adoração, centrada na Bíblia Inglesa e no *Book of Common Prayer*, e a nação ficou profundamente dividida em questões de fé, principalmente pelo debate entre os conservadores católicos e os protestantes radicais.

A Igreja do rei Eduardo percorreu um longo caminho desde 1547- A missa foi substituída por uma comunhão reformada, o *King's Book* de Henrique VIII pelos 42 Artigos de Religião; e em 1553 um livro de orações comuns. Os interesses políticos dos Duques de Somerset e da Nortúmbria, a influência de Cranmer, as pressões de Knox e as exigências do protestantismo popular levaram a Reforma de Eduardo muito mais longe do que a primeira de Henrique VIII.

⁹ *Popery* é um termo utilizado desde o Reinado de Henrique VIII para descrever uma crença ainda existente no papado por parte da população inglesa. Para mais informações ver: MARSHALL, Peter. *Reformation England 1485-1642*. London: Bloomsbury Academy, 2012. P.89-90

Eduardo VI, morreu de tuberculose pulmonar apenas um mês depois da edição dos 42 Artigos de Religião. Desesperado para evitar a perda de poder, o Duque da Nortúmbria proclamou como rainha Lady Jane Grey, a sucessora protestante mais próxima que poderia ser nomeada, exceto a Princesa Elizabeth, que ficou de fora porque ainda era estigmatizada como ilegítima. O Duque preparou um plano para alterar a ordem de sucessão escrita por Henrique VIII. Maria e Elizabeth foram declaradas ilegítimas e a coroa passou para Lady Jane Grey, neta do irmão de Henrique VIII e nora do Duque.

A filha de Henrique VIII, Maria, neste momento estava vivendo em reclusão no oeste da Inglaterra. Como a filha do rei Henrique e de Catarina de Aragão, ela levantou o apoio entre a nobreza de Ânglia Oriental, e se autodeclarou rainha, formou um exército e começou a se mover para Londres.

Maria I teve um grande apoio popular, pois o catolicismo ainda tinha raízes fortes e resistentes ao protestantismo, e devido ao fato da própria rainha ser filha de Henrique VIII. O exército levantado por Maria I não chegou a se confrontar com o Duque da Nortúmbria, pois a própria cidade de Londres estava a favor da Rainha e o apoio à Lady Jane Grey gradualmente foi sumindo (RYRIE, 2017, p. 160)

O apoio de Maria vinha das suas relações com a fé católica, um desgosto popular pelo Duque, a visão proliferada de que o casamento de seu pai com Catarina era legítimo, e o ato de sucessão escrito por Henrique VIII em 1543. O esquema do Duque da Nortúmbria tinha falhado e Maria I foi coroada em 3 de agosto de 1553. Sua coroação marcou uma contrarreforma católica onde grande parte dos avanços protestantes feitos por Eduardo VI e seus regentes, seriam desfeitos em prol do catolicismo e do reatamento dos laços com Roma.

2. A restauração católica mariana

Maria I começou seu reinado em 19 de julho de 1553, depois de dez dias de reinado de Jane Grey, que havia sido aceita pelo Conselho sob pressão do Duque da Nortúmbria. Uma das primeiras medidas de Maria foi a formação do Conselho Real, para o qual ela definiu três facções: de um lado, os homens que inicialmente tinham apoiado Jane Grey e que agora se arrependeram, do outro lado, aqueles que tinham ajudado e governado com seu pai durante o processo de divórcio e, finalmente, aqueles que eram católicos e a favor de seu reinado.

O principal objetivo de seu governo era a restauração do catolicismo, mas inicialmente ele deixou alguma liberdade e determinou que até que o Parlamento tomasse uma decisão, seus súditos eram livres para professar sua fé. A resposta espontânea da população inglesa foi a recuperação dos ritos católicos, no entanto nem todos aceitaram suas políticas católicas e grande parte dos protestantes resistiram através de ataques e revoltas. Os ataques obrigaram-na a agir e a impor a obediência por meio autoritário.

As políticas, incluindo as religiosas, do reinado de Maria I estavam sob a chefia do Cardeal Reginald Pole, primo da rainha, e do Chanceler Stephen Gardiner. Pole tinha passado os últimos vinte anos no exílio em Roma. Maria o chamou de volta de Roma no final de 1554.

O objetivo das políticas religiosa era restaurar a Igreja como ela tinha sido antes das reformas de Henrique VIII. Maria era uma católica devota e queria restaurar a supremacia papal e, idealmente, os mosteiros, os quais haviam sido dissolvidos no governo de seu pai. Haigh sugere um grande apoio ao regresso ao catolicismo, inclusive em Londres, cidade tradicionalmente considerada como protestante.

No final de 1553, logo após a ascensão de Maria I, o Parlamento foi persuadido a revogar o Ato de Uniformidade de Eduardo, que aplicara o culto protestante uniforme no país. O cardeal Reginald Pole, o grande religioso inglês que vivia exilado na Itália, chegou para absolver o reino de seu cisma e foi nomeado arcebispo de Canterbury, mas, curiosamente, ele era apenas - a absolvição da Inglaterra do cisma - apenas era aceito depois que o papa concordou que a terra do mosteiro permaneceria com aqueles que a haviam concedido ou que a haviam comprado sob Henrique VIII. Isso não seria restaurado para a igreja.

Maria só podia voltar a catolicizar a Inglaterra através da lei estatutária. No primeiro Parlamento de outubro de 1553, o Primeiro Estatuto de Revogação foi aprovado. Este revogou a maior parte da legislação religiosa aprovada durante o governo de Eduardo VI e restaurou a igreja no mesmo patamar que estava na morte de Henrique VIII.

Maria esperava restaurar os mosteiros, conventos e frades, mas isso se mostrou mais difícil, e o governo teve que admitir que as terras cedidas à nobreza durante os anos de mudança, permaneciam deles. Foram criados seminários para formar sacerdotes. Os livros protestantes foram substituídos por livros católicos, houve uma tentativa de restaurar estátuas e pinturas nas igrejas, assim como o altar e os grandes

crucifixos que também haviam sido removidos, e as vestes usadas pelo clero. (DUFFY, 2010, pp. 42-46)

Depois da coroação, Maria inaugurou seu primeiro Parlamento. A ideia do chanceler Gardiner era eliminar todas as leis religiosas anteriores a 1529, com o objetivo de devolver a Supremacia à Roma. No entanto, a Casa dos Comuns opôs-se à Supremacia Pontifícia pela possibilidade de perder a sua fortuna, adquirida à custa de expropriações eclesiásticas. Finalmente, o governo optou por não mencionar a Supremacia Papal, mas foi aprovada uma lei para a restauração da missa e a abolição da Ato da Traição de 1534, considerando assim legítimo o casamento entre Henrique VIII e Catarina de Aragão.

Maria substituiu o clero protestante por católicos, prendendo protestantes proeminentes como Thomas Cranmer, Arcebispo da Cantuária. O Parlamento de 1553 revogou a maior parte da legislação protestante do seu irmão, incluindo os dois livros de Oração Comum, o Ato de Uniformidade, o casamento do clero e os 42 Artigos de Religião. Em 1554 a maioria dos líderes religiosos protestantes foram postos para debater com acadêmicos católicos, sem poderem se preparar, para enfraquecer os argumentos teológicos protestantes.

A chegada do Cardeal Pole na Inglaterra em 1554, mudou o cenário da política religiosa. O Papa Júlio III contemplou o envio do Cardeal Pole (que viveu no exílio católico) para a Inglaterra como legado pontifício e dando a bênção Papal à Maria I. A vontade do Cardeal era o retorno das terras dos mosteiros para a Igreja, no entanto, isso seria impraticável, portanto, brigas entre o Parlamento e o Cardeal eram recorrentes. Pole regressa a Inglaterra e diz ao Parlamento que o Papa saúda "o regresso da ovelha perdida". O terceiro Parlamento de Maria retira-lhe o *Act of Attainder*¹⁰, devido a pressão que ele fazia para o retorno das terras para a igreja.

Maria estava decidida a se casar, uma vez que ela estava segura como rainha da Inglaterra. Ela não tinha se casado nos anos anteriores por medo de que isso pudesse impedi-la de reivindicar o trono. Em 1554, a rainha Maria I da Inglaterra casou-se com Felipe II da Espanha – uma combinação feita pelo primo de Maria (e pelo pai de Felipe), Carlos V, Imperador Romano-Germânico. O casamento era politicamente

¹⁰ Um Act of Attainder é um procedimento parlamentar em que o Parlamento emite sentença judicial sobre uma pessoa acusada como se fosse um tribunal de justiça. Este ato foi muitas vezes utilizado em vez de impeachment, presumivelmente porque a pessoa ofereceu mais espaço para a autoridade para impor sanções e ganhar propriedade. Este ato também foi frequentemente usado postumamente - para confiscar a propriedade daqueles que haviam morrido em oposição à autoridade.

viável devido as ligações espanholas que Maria tinha por conta de sua mãe Catarina de Aragão.

A aliança com os Habsburgos foi a posição padrão de longa data da política externa inicial dos Tudor. A França era o inimigo tradicional da Inglaterra. O conselho concordou com o comprometimento, e o casamento foi aprovado pelo Parlamento na sua segunda sessão, em abril de 1554.

No entanto, houve reações ao casamento e as políticas religiosas do governo. No final de 1553, vários nobres e cavaleiros começaram a conspirar contra o casamento espanhol. Eles planejaram e coordenaram uma série de reações no verão de 1554. Houve um aumento de reações no Ocidente, nas fronteiras galesas, em Leicestershire (sob a liderança do Duque de Suffolk), e em Kent (sob a liderança de Thomas Wyatt).

Inicialmente, Maria parecia que iria exercer represálias pela rebelião em grande escala, mas então a sua abordagem mudou para a de clemência, possivelmente por causa dos temores de uma nova rebelião nas semanas anteriores ao seu casamento. Ao todo, 480 rebeldes foram condenados; 90 foram executados, após julgamento. Vinte deles eram líderes de elite. Seiscentos foram perdoados. Essa reação as mudanças de Maria, fez com que o governo implementasse ainda mais medidas religiosas que por consequência causaram uma perseguição maior ainda aos protestantes.

Após a revolta de Wyatt¹¹, Maria teria que investir no papel de sua autoridade e não deixar que ela fosse questionada por qualquer tipo de rebeldia ou insurreição. Dessa forma, a rainha manteve o título de suprema chefe da Igreja da Inglaterra e instaurou um tribunal com o intuito de investigar possíveis conexões religiosas com a política.

Depois da celebração do casamento da rainha, foi aberto o terceiro Parlamento, no qual o Cardeal Pole estava presente como legado pontifício¹². O Segundo Ato de Revogação é aprovado, restaurando a posição religiosa da Inglaterra de 1529 e a política religiosa era agora dividida em duas vertentes: perseguição e educação. Em 16 de Janeiro de 1555, este terceiro Parlamento foi encerrado, onde foi recuperado a situação religiosa anterior às mudanças de Henrique VIII, com penalidades para os hereges e para aqueles que negam a legitimidade da rainha.

¹¹ A Revolta liderada por Thomas Wyatt aconteceu em 1554. A revolta se iniciou devido à preocupação com a posição da rainha Maria I de se casar com Felipe II da Espanha, que poderia reatar os laços com o papado e a Inglaterra, além de ser impopular.

¹² Legado papal ou legado pontifício é um representante pessoal do papa em nações estrangeiras, ou em algum local da Igreja Católica. Tem poderes sobre assuntos de fé católica e para a decisão de assuntos eclesiásticos.

A partir daí, foram iniciados processos contra os hereges, dando origem à execução de cerca de trezentas pessoas entre 1555 e 1558. A execução de protestantes e pessoas de renome a levou um aumento do anti-catolicismo e do anti-papismo, por parte do povo. (HAIGH, 1993, p. 229)

A perseguição mariana começou em fevereiro de 1555 e mesmo contra o conselho de seus conselheiros, Maria I viu as mortes como necessárias para limpar a Igreja de sua contaminação. Os acusados foram queimados porque esta era a execução tradicional dos hereges, as chamas representavam a purificação.

As perseguições marianas, ainda que terríveis aos olhos atuais, eram relativamente comuns na Europa naquele período doutrinariamente dividido. Em realidade, Maria compartilhou a visão da maioria dos grupos cristãos que – munidos do ensino e pregação de tal doutrina – acreditava que a heresia quando cometida, deveria ser suprimida e seus hereges mais obstinados, punidos na fogueira. Em seu relato das queimaduras, Duffy observa as muitas ocasiões em que os acusados foram aconselhados - não torturados - durante muitos meses, num esforço para convencê-los a abandonar suas crenças protestantes. A coisa mais marcante sobre as queimadas marianas não são os números, mas a qualificação da maioria das vítimas que eram artesãos e trabalhadores, um núcleo duro de evangelizadores e membros de convênios subterrâneos. (DUFFY, 2010, pp. 193-198)

Os convênios subterrâneos aos quais Duffy menciona, se referem aos núcleos de resistência protestante que se reuniam em segredo para que suas praticar protestantes pudessem continuar, sem que a rainha e seus conselheiros saibam

A historiografia inglesa considera esse momento um dos mais controversos no debate sobre o reinado de Maria I. De acordo com Peter Marshall, Maria I tem sido “*Bloody Mary*”, um epíteto queimado na consciência histórica inglesa. O apelido que Maria I ganhou, vem do maior massacre de protestantes realizado pela rainha. Durante o seu reinado de cinco anos, Mary teve mais de trezentos dissidentes religiosos queimados na fogueira, conhecidos como as perseguições marianas. Como a fogueira era a punição tradicional era normal que pessoas sejam queimadas por serem dissidentes religiosos, no entanto o apelido de Maria I vem da forma brutal com que os protestantes foram tratados. (MARSHALL, 2012, p. 110)

A historiografia tradicional tende a observar o reinado de Maria I como um “ponto fora da curva” em uma longa reforma protestante inglesa que começou com Henrique VIII e terminou com Elizabeth I. No entanto, trabalhos mais recentes como do

historiador Eamon Duffy, nos mostram como a política foi sim bem aplicada e razoavelmente bem-sucedida. O trabalho feito pela historiografia revisionista de Eamon Duffy nos permite analisar com novos olhos a política de perseguição católica do reinado de Maria I.

Nos cinco anos de regime mariano havia restaurado a liturgia católica, as igrejas e reavivado as paróquias. Guiada pelo conselheiro mais próximo de Maria, o Cardeal Reginald Pole, a Igreja empreendeu um vigoroso programa de publicação, de sermões, panfletos jornalísticos e folhetos de propaganda. De acordo com Duffy, a perseguição precisava de uma justificação e ela veio do ponto de vista protestante. O medo da perseguição seria a criação de mártires que depois iriam incandescer uma revolta protestante. (DUFFY, 2010, pp. 103-105)

O pensamento por trás da política de perseguição era, portanto, inteiramente consistente com aquele que informava outros aspectos da restauração católica: o reino estava em um estado de cisma confuso, ao invés de irremediavelmente afundado em heresia. A minoria dos perturbadores deveria ser punida; seus seguidores mal orientados cairiam e, com o tempo, seriam reincitados com piedade virtuosa.

Mas na maioria dos lugares não foi assim. Com algumas exceções, os líderes eduardianos se mantiveram firmes, criando um modelo de martírio heroico para seus mais humildes correligionários imitarem. A decisão de queimar Cranmer apesar de sua repreensão representou uma oportunidade de propaganda fracassada para o regime, e foi "quase certamente o resultado da profunda aversão da Rainha ao homem que se divorciou de seus pais e mergulhou uma geração inteira de seus súditos em heresia".¹³ Como consequência da perseguição muitos protestantes se exilaram no continente e só voltariam para o território inglês no reinado de Elizabeth

No final de 1555, começou a reorganização da Igreja Católica na Inglaterra e no País de Gales. Um sínodo, portanto, foi realizado no qual as principais mudanças foram decretadas: o restabelecimento do estudo do Direito Canônico nas universidades, a censura de todos livros considerados hereges, execução contra hereges, novos livros de homilias, novo catecismo, restauração das ordens religiosas etc.

A Inglaterra acabou colaborando com a Espanha na guerra contra a França. Este foi um duro golpe para Maria, pois seu marido, Felipe, tornou-se excomungado e o Cardeal Pole perdeu o seu título como um legado pontifício. Como o novo Papa, Paulo

¹³ Para entender os sentimentos pessoais da rainha ver: DUFFY, Eamon. *Fires of Faith: Catholic England under Mary Tudor*. New Haven: Yale University Press, 2010. P.95

IV, não apoiava os Habsburgo, as relações diplomáticas entre a Inglaterra e Roma estavam piorando.

Além disso, por causa da guerra, a Inglaterra perdeu Calais em 8 de janeiro de 1558, que detinha desde 1347 sob o comando da Coroa Inglesa. A perda de Calais foi um duro golpe para a população, que a viu como uma traição por parte de Maria e Felipe. Isto motivou o surgimento da propaganda anticatólica e anti-espanhola, bem como a dureza da rainha, que foi forçada a ameaçar com a execução por traição a quem possuísse obras protestantes

O desconforto gerado pela perda de Calais diminuiu a já má saúde da rainha. Sem descendentes, ela foi forçada a deixar como sucessora Elizabeth I, obedecendo a carta de sucessão do pai escrita em 1543. No entanto, Maria estava relutante em relação a irmã pois sabia que ela tinha relações com protestantes, foi criada por tutores protestantes e tinha uma visão muito diferente religiosamente.

Ao morrer, em 17 de novembro de 1558, Maria deixou um povo deprimido pela perda de Calais e uma clara fama de intransigência que marcará a sua vida e sua imagem por toda história, mas, apesar da posição tradicional da historiografia os impactos deixados por Maria I seria a base nos quais Elizabeth I se utilizaria para criar sua conciliação religiosa.

Capítulo 3: O reinando de Elizabeth I e a conciliação religiosa

1. A ascensão da rainha e a criação de sua Conciliação Religiosa

Após pouco mais de cinco anos de reinado, Maria I morre em 1.558 e é sucedida por Elizabeth, que é então coroada como Elizabeth I da Inglaterra. Com a morte de Maria, a coroa da Inglaterra chegou a Elizabeth, que realizou à de forma definitiva institucionalização da Igreja da Inglaterra em torno de uma forma peculiar de protestantismo: o anglicanismo.

De acordo com John Guy, a população se encontrava em um momento de otimismo pois as perseguições protestantes cessariam. Elizabeth foi adotada como a salvadora protestante de Londres. Sua chegada ao trono trouxe um ar de estabilidade na mente da população que torcia para a chegada de paz religiosa na história inglesa. (GUY, 1988, p. 250)

Elizabeth foi o resultado do casamento entre Henrique VIII e Ana Bolena, de modo que suas origens foram marcadas por controvérsias política e religiosa. Além disso, com a execução de sua mãe, ela foi declarada ilegítima e, embora tenha retornado à linha de sucessão com a morte de seu pai, seu irmão a devolveu à ilegitimidade. Durante o reinado de sua irmã Maria, sua posição era muito ambígua e a própria rainha duvidou em deixá-la como sucessora, pois temia que ela terminasse com todo o seu projeto de catolização. Apesar de todas as perspectivas, não havia muita oposição à sua nomeação como soberana e foi reconhecida pelo povo e pelo Parlamento.

Na sua ascensão, os reformadores protestantes alegremente saudaram Elizabeth como uma nova *Deborah*¹⁴. Mas, cada vez mais, o otimismo era coberto de ansiedade, e

¹⁴ Biblicamente Débora foi uma juíza e profetisa de Israel, que liderou o povo na guerra contra o rei de Canaã. Ela convocou o povo para a batalha e profetizou sua vitória sobre um exército muito grande. Ver mais em: BÍBLIA SAGRADA. Juízes, capítulo 4, versículo 4-5. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2003, p. 436

elogios extravagantes podem até ser uma forma codificada de crítica: descrevendo Elizabeth como ela deveria ser, ao invés de como ela realmente era.

Quando Elizabeth chegou ao trono, o país estava muito dividido, não apenas entre católicos e protestantes, mas entre os próprios protestantes; as divisões eram abundantes. Elizabeth aprendeu com os erros de sua irmã Maria, tão odiados e rejeitados, e em seu reinado ela escolheu evitar o fanatismo religioso, assim como a guerra, e reduziu o tamanho do conselho. A rainha não realizou execuções por ideologia, mas procurou evitar desordens religiosas e, portanto, o governo não adotou medidas drásticas contra indivíduos pacíficos, independentemente de sua religião.

Elizabeth havia respondido favoravelmente às mudanças religiosas anteriores e, quando iniciou seu reinado, pensava-se que ela era indiferente à doutrina religiosa. Por causa de sua educação, ela teve certas tendências protestantes, embora tenha rejeitado certos aspectos da Reforma. De qualquer forma, ela entendeu a utilidade da religião para alcançar a paz e a estabilidade no reino e, com sua chegada ao trono, uma nova mudança era esperada.

Dentro de seu Conselho Privado, encontravam-se homens protestantes que queriam acelerar a reforma protestante na Inglaterra, no entanto, a rainha estava indecisa sobre até onde essa aceleração poderia chegar. Dentre seus conselheiros, é preciso destacar o papel de William Cecil, depois nomeado Lord Burghley, secretário do Conselho Privado, que foi responsável pelo impulso inicial do projeto político-religioso da rainha. Cecil fora uma figura importante nos governos de Eduardo VI e Maria I e continua sendo na casa de Elizabeth até sua morte.

A massa protestante que ficou exilada e sofreu perseguições durante o governo de Maria I estava se sentindo esperançosa com a ascensão de Elizabeth. A ascensão de Elizabeth em 1558 foi universalmente entendida com expectativas de mudança de religião. Os católicos temiam a renovação da cisma de Roma, enquanto os protestantes antecipavam ansiosamente a continuação das reformas iniciadas sob Henrique VIII e Eduardo VI.

Neste ponto, os protestantes viam “*a ascensão de Elizabeth ao trono de Inglaterra como uma graça da Providência Divina*”. (ABREU, 2003, p. 313) Vários exilados reformadores do tempo de Maria I, chamados de “exilados marianos”, puderam agora retornar à Inglaterra com um ardoroso afã para empreenderem uma reforma na Igreja da Inglaterra, conforme os moldes da Reforma Protestante que verificaram em outros países durante o exílio. Cecil pôde realizar as mudanças porque tinha o apoio da

rainha, mas também o das classes altas inglesas. As primeiras medidas de mudança foram implementadas antes da sessão do Parlamento, através de proclamações no final de 1558.

Em 1558, um plano chamado *Device for the Alteration of Religion*¹⁵, elaborado possivelmente por Cecil, foi responsável por impulsionar uma mudança religiosa dentro da Inglaterra. Este plano foi implementado para atrair o voto da Casa dos Comuns para as futuras mudanças de Elizabeth I. O uso da liturgia em inglês foi aprovado até o Parlamento tomar uma decisão e na coroação da própria rainha o anfitrião consagrado não se elevou, manifestando a rejeição da transubstanciação.

O Parlamento de 1559 abriu no final de janeiro e concentrou-se na aprovação da Ato de Uniformidade, que dava um caráter protestante ao serviço religioso, e no Ato de Supremacia que reconheceu Elizabeth como Chefe Supremo da Igreja da Inglaterra. A vontade de Elizabeth era criar uma via média e uma conciliação religiosa para que houvesse uma “união baseada na fé do povo inglês, através da conformidade” (RYRIE, 2017, pp. 187-188)

O Ato da Uniformidade foi aceita apenas com uma margem de três votos e significou o retorno ao segundo *Book of Common Prayer* de Eduardo VI, embora com algumas modificações para evitar a rejeição dos católicos: foi evitado expressar a rejeição da tirania romana e da livro de orações, embora o assunto da Eucaristia não fosse aceito como transubstanciação, mas um meio termo. Juntamente com esse ato, eram aplicadas sanções para quem não cumpria suas medidas, sendo as mais severas contra aqueles que não iam à igreja aos domingos ou feriados.

Por outro lado, os dois primeiros projetos do Ato de Soberania foram rejeitados e o terceiro foi aceito após ser modificado. Os dois primeiros projetos do Ato de Soberania eram uma releitura dos projetos utilizados no reinado de Eduardo VI, que acabou criando resistência interna por ser muito protestante. A oposição veio dos senhores espirituais, os bispos, principalmente católicos, que aceitavam a supremacia papal. A grande resistência parlamentar à Elizabeth I estava presente da Casa dos Lordes, onde houve a presença de diversos bispos católicos. Conforme Doran:

Na Câmara dos Lordes, os oponentes da mudança religiosa eram numerosos e influentes. Dos setenta e sete lordes que tinham o direito de falar, cerca de vinte e quatro senhores leigos preferiram ver a

¹⁵ Dispositivo para alteração da religião, imposto em 1558 elaborado por William Cecil entre outros membros do Conselho Privado de Elizabeth I.

retenção da massa, enquanto todos os dezessete lordes espirituais também se opunham à supremacia. (DORAN, 1994, p. 11)

Para resolver a situação e conseguir que seu Ato passe, ele foi alterado para agradar a resistência católica dentro da Casa dos Lordes. A segunda reunião do Parlamento em abril de 1559, alterou a forma com a qual Elizabeth seria direcionada dentro da Igreja. Na esteira de suas preocupações políticas e diplomáticas, Elizabeth I rejeita o título (dado antes a Henrique VIII) de *Supreme Head*, adotando antes o de *Supreme Governor*, coisa que agradou tanto a católicos (para quem o título de “suprema cabeça” da Igreja só caberia ao papa) e aos protestantes, que só reconheciam o próprio Cristo como Cabeça da Igreja. No entanto, a oposição dos bispos continuou mesmo após a aprovação da lei, recusando-se a aceitar o juramento de supremacia. O alívio veio com a substituição dos bispos marianos pelos protestantes, dando uma clara tendência protestante à Igreja inglesa.

Durante a segunda sessão do Parlamento, essa terceira proposta foi aprovada e o caráter do novo cargo religioso foi reafirmado, mas também foi aprovado um Ato de Cambio¹⁶, pelo qual a rainha poderia tomar posse temporária dos episcopados vagos. Em troca, os dízimos e adiantamentos foram concedidos ao episcopado afetado que tinham o mesmo valor anual que a propriedade temporária roubada.

No entanto, a política de via média de Elizabeth I, que procurava encontrar um “meio termo” entre a Igreja de Roma e os ideais da Reforma Protestante, trouxe sérios descontentamentos aos protestantes da Inglaterra, que anteriormente a tinham visto como uma salvação para trazer a tão desejada reforma no território inglês, no modo da reforma efetuada nos países baixos. Mas as preocupações de Elizabeth I se davam no âmbito eminentemente político, no sentido do reconhecimento legítimo de seu reinado. Conforme Abreu:

Isabel I não tinha, porém, convicções religiosas bem definidas. A sua religiosidade era antes um sincretismo de meio século de tendências culturais, políticas e religiosos díspares e antagônicas. Assim, a sua opção religiosa para a Igreja de Inglaterra, provavelmente, se prendeu mais com questões de Estado e interesses pessoais, do que propriamente com sua fé (ABREU, 2003, p. 329)

¹⁶ *Act of Exchange*. Permitiu que a Rainha tomasse terras e edifícios da Igreja e obrigasse os Bispos a pagar aluguel, aumentando consideravelmente a bolsa da Rainha. O relativo sucesso do Assentamento significou que a estabilidade religiosa foi, pelo menos por enquanto, trazida para o País de Gales e Inglaterra.

A oportunidade de retorno dos exilados marianos à Inglaterra e a adoção de um título de dignidade menor do que o que utilizara o rei Henrique VIII, foram os primeiros passos elizabetanos de caráter político para uma conciliação religiosa na Inglaterra, nos moldes de sua política de via media, não obstante o desagrado posterior de muitos reformadores devido as suas normatizações para com a Igreja na Inglaterra que, para eles, frustraria a própria reforma no país.

Elizabeth não pôde continuar o trabalho de Maria, porque reconhecer o Papa como Chefe Supremo da Igreja significava reconhecer sua própria ilegitimidade, por isso criou uma liturgia que apresentava muitas semelhanças com o catolicismo, embora também tivesse acrescentado elementos protestantes que garantiam a separação de Roma.

O *Book of Common Prayer* reintroduzido em 1559, foi alterado em sua liturgia e teologia para agradar tanto os católicos quanto os protestantes. As modificações mais importantes estavam no serviço de comunhão e na Rubrica de Ornamentos e eram de natureza conservadora. No serviço de comunhão, o ministro elizabetano era obrigado a inserir duas frases adicionais do *Book of Common Prayer* de 1549, a ponto de oferecer pão e vinho ao comunicante e leitor. Ao dar o pão, ele pronunciava a fórmula de 1549, “O Corpo de nosso Senhor Jesus Cristo, que foi dado a ti, preserva teu corpo e alma para a vida eterna”, pouco antes de dizer as palavras do livro de 1552, “tome e come isto em memória de que Cristo morreu por ti, e alimenta-o no teu coração pela fé com ação de graças” (DORAN, 1994, p. 15)

Essa conciliação religiosa de 1559, foi primeiro grande feito de seu reinado. Foi em parte o produto de convicções teológicas, mas também foi um assentamento que refletia uma preferência religiosa temperada por pura conveniência política. Elizabeth e seu conselheiro-chefe, William Cecil, inicialmente pretendiam retornar à situação de 1552, pouco antes da morte de seu irmão, Eduardo VI. Mas eles encontraram uma oposição severa no Parlamento, particularmente na Câmara dos Lordes, oposição não apenas dos bispos católicos que estavam na Câmara dos Lordes, mas também de alguns dos principais membros leigos do grupo, e então eles tiveram que retornar ao Parlamento com um distinto rascunho de um livro de orações expondo seus desejos de conciliação religiosa.

Assim, em 1559, no *Book of Common Prayer* que eles trouxeram ao Parlamento, o serviço de comunhão era de fato uma mistura *Book of Common Prayer* de 1552 com suas próprias declarações protestantes sobre o serviço de comunhão sendo

essencialmente um serviço de lembrança e ação de graças. Eles combinaram isso com o livro de orações anterior de 1549, que permitia a possibilidade de haver uma presença real do corpo e do sangue de Cristo no serviço da comunhão. As teologias diferentes eram misturadas para poder deixar em aberto o debate religioso, fazendo com que cada pessoa lesse da forma que quisesse, fazendo assim uma via média entre o catolicismo e o protestantismo. O historiador Diarmaid MacCulloch o descreve como "uma obra-prima da engenharia teológica" (MACCULLOCH, 2001, p. 30)

Elizabeth também introduziu medidas para fazer cumprir atos, como o Ato das Injunções Reais de 1559, que deu ao clero um conjunto de instruções, incluindo a proibição de milagres "falsos" e a proibição e denúncia de *recusants*¹⁷. Ela também enviou 125 comissários para visitar o país para verificar se as regras estavam sendo seguidas.

A união de duas abordagens diferentes permitiu a possibilidade de crer que o corpo e o sangue de Cristo estavam realmente presentes no pão e no vinho, tão importantes para católicos e luteranos, ao mesmo tempo em que afirmavam o aspecto memorial. do serviço, em conformidade com a teologia da Igreja Reformada Suíça. Isso permitiu que, no quesito de política externa, uma aliança com os príncipes luteranos na Alemanha poderia acontecer.

As leis necessárias estavam estabelecidas para que a conciliação religiosa de Elizabeth se torna-se uma realidade. Essa conciliação não continha nenhuma declaração de fé. A rainha acreditava que a responsabilidade pela teologia estava com o clero e não com o parlamento.

A conciliação religiosa de Elizabeth, aos olhos dos protestantes mais extremistas, foi insuficiente. A religião pessoal da rainha, ainda que incerta é um ponto chave do debate historiográfico para entender a razão pela qual a sua reforma protestante não foi tão longe. Diarmaid MacCulloch argumenta que a rainha era uma evangélica antiquada, do mesmo molde que sua madrastra Catarina Parr. Desse modo, suas visões teológicas se misturavam com o catolicismo no assunto dos simbolismos (MACCULLOCH, 2000, pp. 186-7)

A natureza precisa das suas crenças pessoais permaneceu incerta. Elizabeth não as revelou, mas inquestionavelmente se identificou com a causa protestante, devido a sua criação e pela grande influência que Catarina Parr teve na sua criação. Desse modo,

¹⁷ Recusants são pessoas que se recusavam a ir a igreja e por este motivo eram multados. A palavra vem do Latim *recusare*, significando recusar.

a reforma protestante só avançava o quanto a rainha queria, e até onde a rainha deixaria. É importante observar que, Elizabeth por não ser uma protestante radical, deixava com que as medidas religiosas tivessem impactos de seus ministros, muitos deles puritanos convictos, como é o caso de William Cecil.

Essa teologia mista na qual Elizabeth acreditava, era vista em como a rainha mantinha uma cruz e um candelabro em sua capela pessoal (que ao longo de seu reinado foi destruído três vezes por grupos de protestantes radicais) e como ela era a favor das vestes católicas serem mantidas. No entanto, o que scandalizou a opinião protestante foi o fato de Elizabeth ser piedosamente contra o casamento clerical.

Elizabeth não era católica, mas se recusou a perseguir, e igualmente se recusou a aceitar qualquer reforma adicional além da conciliação inicial. Essa teologia da rainha fica claro no caso da Controvérsia das Vestes. Em 1563 alguns puritanos queriam abolir as roupas tradicionais católicas do clero. Walter Strickland, líder do grupo puritano no Parlamento, queria reformar o novo *Book of Common Prayer* de Elizabeth e proibir as vestimentas do clero (conhecido como Controvérsia Vestariana). Eles os desprezaram como os "trapos de Roma". Porém, as roupas tradicionais foram mantidas no *Book of Common Prayer* em 1559 e Elizabeth insistiu em manter o vestuário clerical tradicional e forçou o Arcebispo da Cantuária Matthew Parker a exigi-lo do clero.

No que diz respeito à autoridade do papa, a conciliação era cismática, mas no que diz respeito às doutrinas essenciais, tinha resquícios católicos, para a população pudesse ser conformada no geral. O único elemento de solução que se poderia dizer totalmente sem ambiguidade era o Ato de Uniformidade; conformar e manter sua paz.

Portanto, o início do reinado elisabetano é marcado por uma confusa teologia que tenta criar uma forma de cessar o embate entre protestante e católicos que por fim acaba por desagradar ambos os grupos. Peter Marshall nos mostra que:

O protestantismo de Elizabeth, um pouco como o catolicismo de seu pai, foi profundamente idiossincrático e sempre condicionado por um alto senso de sua própria prerrogativa. Mas enquanto Henrique tinha encontrado geralmente os homens de igreja ansiosos para questionar o funcionamento da mente real, muito do reino de Elizabeth (particularmente os primeiros anos) caracteriza-se pela falta de adequação entre a perspectiva da Rainha e a dos seus principais eclesiásticos e conselheiros. (MARSHALL, 2012, p. 129)

O plano de Elizabeth para sua Conciliação Religiosa, trouxe um relativo período de paz para a Inglaterra, mas as resistências internas ainda eram grandes, e o impacto da

política externa ainda iria aparecer e moldar o cenário político religioso da Inglaterra. No final, a chave para entender a relação entre Elizabeth e o assentamento religioso que leva seu nome é provavelmente não imaginar que foi além do que ela queria que fosse, mas entender que ela não queria que ele fosse mais longe

Em 1563 foi aprovado os Trinta e Nove Artigos de Religião. Eles foram aprovados pelos bispos, entre os quais, os protestantes tinham muito peso, especialmente aqueles que retornaram do exílio da Suíça com a chegada de Elizabeth no poder. Dessa maneira, as ideias desses bispos levaram à redação dos Trinta e Nove Artigos, inspirados nos Quarenta e Dois de Eduardo VI, mas mais próximos dos católicos, pelo menos na extensão que permitia por sua ambiguidade. De qualquer forma, eles tentaram ser aceitos por luteranos e zuinglianos, refletindo o claro progresso da Reforma.

Cerca de um terço dos artigos apresentavam aspectos aceitos por todos os cristãos, muitos outros reconheciam doutrinas compartilhadas por luteranos e zuinglianos, e seis expressamente rejeitaram os ensinamentos anabatistas. Naqueles aspectos que zuinglianos e luteranos se opunham aos bispos tentaram satisfazer ambas as crenças, dando origem a diferentes interpretações.

De qualquer forma, os aspectos mais definidores da doutrina a identificaram com o protestantismo: a norma suprema tornou-se a Escritura Sagrada, a justificação pela fé foi aceita, apenas os sacramentos do Batismo e da Ceia foram reconhecidos, e a liturgia deveria ser feita em inglês. Quanto às características católicas, o cânone católico foi mantido, os outros sacramentos não foram explicitamente rejeitados e a estrutura da hierarquia católica foi preservada, embora com o rei ou a rainha, em vez do papa, à frente.

Embora os artigos não fizessem referência direta ao calvinismo, alguns elementos foram identificados como calvinistas. Desse modo, considera-se que os primeiros anos da Igreja Elizabetana foram uma fusão de elementos luteranos, calvinistas e zuinglianos, e que, à medida que o reinado progredia, as ideias de Zuínglio e Calvino ganharam mais peso.

Então a Igreja da Inglaterra foi restabelecida. Era um estado confessional regido por um Ato de Uniformidade no qual o Livro de Orações era usado em todo o reino, uniformidade com a religião estabelecida pela rainha no Parlamento. A Inglaterra havia voltado a uma direção amplamente protestante novamente, mas também havia muita ambiguidade sobre a natureza e a extensão desse protestantismo.

2. Oposição interna – o caso puritano

A oposição às mudanças teve dois aspectos, por um lado, a oposição interna daqueles que esperavam um maior avanço da Reforma, por outro, a oposição católica, relacionada à política externa e aos conflitos com o papado e a Espanha. A oposição interna veio principalmente dos puritanos, que apareceram no início dos anos sessenta por ocasião de sua rejeição aos elementos supersticiosos e papistas da reforma elisabetana. O que diferenciava esse grupo do restante dos protestantes, todos conscientes da necessidade de mais mudanças, era a intensidade na experiência religiosa, o estilo pessoal de piedade e o compromisso reformista.

Eles foram fundamentalmente identificados com o calvinismo. Em geral, os seguidores da Reforma esperavam que as modificações aumentassem com o passar dos anos, mas viram que não era assim, porque a rainha claramente marcava os limites da reforma com base em sua ideologia conservadora. Por isso, foram iniciadas medidas para exigir maiores reformas, às quais Elizabeth respondeu reforçando as medidas contra aqueles que não prestavam os serviços, seguindo as indicações do *Book of Common Prayer*. O projeto da conciliação religiosa de Elizabeth, mesmo com o objetivo de agradar ambos os lados, acabou não agradando os protestantes mais radicais.

Puritanos eram protestantes radicais que queriam "purificar" a Igreja e se livrar de todos os vestígios da fé católica. Muitos haviam fugido para o exterior quando Maria I, era rainha, mas começaram a voltar quando Elizabeth chegou ao trono. A conciliação religiosa de Elizabeth significava que o país agora era oficialmente protestante, mas permitia algumas tradições de culto católico. A princípio, muitos puritanos pareciam aceitar a conciliação, mas logo começaram a organizar campanhas para torná-lo mais protestante.

Alguns dos conselheiros privados e deputados mais confiáveis de Elizabeth, especialmente Robert Dudley, conde de Leicester, e Sir Francis Walsingham eram puritanos e tentaram pressioná-la a tomar medidas mais duras contra os católicos. No entanto, a rainha não cedia a pressão.

Os puritanos eram um grupo autoconsciente que estava totalmente empenhado em purgar a Igreja Estabelecida das suas "superstições" papais e em trazer uma moralidade bíblica à sociedade inglesa. Eles se autodenominavam "piedosos". Como em todos os grupos, os puritanos variavam do moderado ao radical: o elemento radical era particularmente obstinado na sua recusa em comprometer os seus princípios, não

conformando-se com práticas dentro da Igreja que considerava ímpias, e muitas vezes derivava do presbiterianismo; os moderados, por outro lado, não se recusavam a conformar quando pressionados duramente pelas autoridades eclesiásticas, mas fizeram-no relutantemente por medo que a sua recusa em conformar-se resultasse na perda de uma licença de pregação e, assim, compromettesse o ministério de pregação.

Os puritanos queriam promover uma reforma doutrinária que era calvinista, bem como uma reforma da igreja e da sociedade inglesas baseadas nas Escrituras e não na tradição humana. A ligação ao calvinismo vem da relação que o movimento puritano tinha com os calvinistas de Genebra. (DORAN, 1994, p. 38)

Os puritanos eram uma minoria influente de protestantes que estavam insatisfeitos com a conciliação elisabetana. Eles desejavam um ritual e uma doutrina mais simples da Igreja, mais alinhada com o calvinismo - um retorno ao que eles conceberam como a forma "pura" da igreja cristã primitiva. Definir crenças anglicanas ou puritanas é difícil porque ambos os grupos tinham objetivos e ideais sobrepostos. Não havia credo comum que diferenciasse os puritanos, e a doutrina anglicana era ambígua por sua própria natureza como meio termo entre dois extremos religiosos. (DORAN, 1994, p. 24)

Os traços conservadores do Livro de Oração desapontaram tanto os exilados religiosos que tinham sido expostos à liturgia reformada no continente como os protestantes radicais que se tinham juntado às seitas subterrâneas durante o reinado anterior. Alguns deles decidiram desde o início que não podiam aceitar altos cargos eclesiásticos em uma instituição tão imperfeita como a Igreja Elisabetana.

O movimento puritano na Inglaterra elisabetana foi fortalecido pelo fato de que muitos dos principais conselheiros políticos e oficiais da corte da rainha Elizabeth mantinham laços estreitos com os líderes puritanos e eram parciais com as visões puritanas de teologia, política e reforma da igreja e sociedade inglesas. Eles queriam, em especial, coibir o poder dos bispos anglicanos e erradicar qualquer influência da igreja católica romana, que eram os proponentes fundamentais dos puritanos. Essa geração mais jovem de puritanos, nascida e impactada através do trabalho do arcebispo Cranmer no início da década de 1550 e consagrada no Livro de Orações eduardiano de 1552. Cada vez mais, eles sentiram a influência de Calvino. Em termos da doutrina da salvação, eles adotaram cada vez mais a 'predestinação' defendida por Calvino; a noção de que apenas uma minoria eleita encontraria a salvação.

No cerne da questão puritana se encontra um grupo que apesar de se conformar com parte da conciliação religiosa elisabetana, reuniam-se separadamente e tinham uma teologia mais radical do que os outros protestantes. Dentro desse grupo, podemos destacar o papel de John Foxe¹⁸, pregador puritano e autor de O Livro dos Mártires.

O Livro dos Mártires de John Foxe fez mais do que qualquer outro livro para moldar a identidade protestante na Inglaterra. Sua primeira edição em inglês apareceu em 1563. O país tinha experimentado anos de tumulto e derramamento de sangue durante o reinado Maria I.

O livro dos mártires, que descreveu o sofrimento dos protestantes sob a régua de Maria I, alcançou leitores ingleses em um momento em que a conciliação religiosa já estava em efeito, trazendo assim mais pessoas para a causa puritana. O livro ajudou a moldar a opinião pública e a afirmar o anticatolicismo dos puritanos. (MACCULLOCH, 2001, p. 36)

Na maioria das vezes, os puritanos se reuniam em relativa obscuridade, nas muitas paróquias do reino. Puritanos estavam entre os pregadores mais zelosos. Eles eram frequentemente escolhidos como “palestrantes”, pessoas que seriam contratadas pelas autoridades locais para pregar sermões extras nos dias de mercado, por exemplo, durante a semana.

Alguns clérigos puritanos começaram a organizar reuniões de oração conhecidas como 'profecias' que desagradaram a rainha. Nessas reuniões, os puritanos adotavam uma abordagem mais livre da oração e não seguiam o que Elizabeth havia especificado. Ela estava preocupada com a possibilidade de espalhar ideias que desafiassem o Acordo Religioso. Elizabeth ordenou que seu novo arcebispo de Canterbury, Edmund Grindal, proibisse as reuniões, mas ele protestou. Ela o suspendeu, sugeriu que ele se demitisse e 200 padres puritanos foram expulsos de seus papéis.

Depois de 1570, o puritanismo também começou a adquirir uma espécie de vantagem política. Especificamente, isso veio na forma de um movimento para tentar alterar formalmente as estruturas da Igreja da Inglaterra e limpar o livro de orações do que eles viam como sobrevivências papistas tradicionais. Aqueles que se envolveram nela estavam convencidos de que o Novo Testamento estabelecia um modelo claro de governo da igreja, que não envolvia bispos, que deveria basear-se em congregações autônomas que elegeriam seus próprios ministros e anciãos, que por sua vez se reuniam.

¹⁸ nascido em 1516, Boston, Lincolnshire, Eng.—morreu em April 18, 1587, Cripplegate, Londres.

no nível mais alto, nos conselhos e sínodos para governar a igreja como um todo. Em outras palavras, um sistema presbiteriano de governo da igreja. Era isso que eles desejavam, e os defensores de tal sistema deveriam montar uma série de desafios ao assentamento elizabetano entre 1570 e 1587.

Os congregacionistas também expressaram sua insatisfação. Estes apareceram como um setor radical dos calvinistas e diferiram dos puritanos em sua proposta de organização eclesiástica. A forma e de eleição da congregação era diferente dos pastores puritanos, os congregacionistas tinham sua visão própria do sistema da congregação. Enquanto os puritanos defendiam a. Com o estabelecimento do modelo presbiteriano, os congregacionistas preferiram um regime de assembleia sem autoridades visíveis além de Jesus Cristo, e isso implicou na rejeição da rainha como chefe da Igreja. Eles formaram mais grupos minoritários do que os puritanos.

Os presbiterianos buscaram uma reforma da estrutura eclesiástica, assumindo o modelo da igreja presbiteriana. Apelaram à opinião pública para o estabelecimento dessa estrutura, mas não obtiveram nenhuma mudança apesar da participação no Parlamento de 1584. Em 1570, por exemplo, o professor de divindade da Universidade de Cambridge, Thomas Cartwright, deu uma série de palestras na universidade em que argumentou que a igreja inglesa falhou em seguir o modelo do Novo Testamento e advogou um sistema presbiteriano. John Field e Thomas Wilcox, dois importantes puritanos, publicaram a "Admoestação ao Parlamento"¹⁹, um ataque franco à estrutura da Igreja da Inglaterra por não ser uma igreja verdadeiramente reformada, pedindo ao Parlamento que tomasse passos para reformar ainda mais.

Os ataques puritanos, mesmo que em menor escala quando comparado as ameaças externas e católicas, foram importantes para simbolizar que nem todos os protestantes estavam satisfeitos com a via média elisabetana. O conformismo era essencial para que a conciliação religiosa desse certo, e grupos como os puritanos, desafiaram essa conciliação em prol de uma reforma mais radical. O desenvolvimento puritano será muito mais acentuado no século XVII no reinado de Jaime I, quando a perseguição à católicos se intensifica e os puritanos alcançam cargos de poder dentro do reino.

¹⁹ Admoestação ao Parlamento, manifesto puritano, publicado em 1572 e escrito pelos clérigos de Londres John Field e Thomas Wilcox, que exigia que a rainha Elizabeth I restaurasse a "pureza" da adoração do Novo Testamento na Igreja da Inglaterra e eliminasse os elementos católicos restantes e práticas da Igreja da Inglaterra.

Os protestantes viam a proposta religiosa de Elizabeth I como um mero “aparato cênico da religião” com o fim de meramente justificar a política interna e externa na Inglaterra. Patrick Collinson aponta para o fato de que “o compromisso elisabetano pode ter sido politicamente necessário, mas criou uma dissensão entre um establishment conformista e defensivo e o não-conformismo puritano”. (COLLINSON, 2006, p. 160)

Ou seja, havia insatisfações com sua política, tanto por parte de conservadores católicos como de reformadores protestantes. Doravante, a rainha precisou implementar uma série de ações, legislações e decretos que visavam impor a forma estrutural e cerimonial da Igreja, mediante uma uniformização do culto e das celebrações. O interesse de Elizabeth I, no que tange à Igreja, era a de complementar a obra reformista iniciada por seu pai; a Igreja da Inglaterra deveria ser autônoma e independente de Roma.

3. Crise de Sucessão e a questão do casamento

A política externa de Elizabeth se tornava cada vez mais necessária vide a erupção das guerras de religião. O problema da sucessão sempre foi recorrente em toda dinastia Tudor, e no caso de Elizabeth não seria diferente. A rainha ao ser coroada enfrentou um problema doméstico ligado ao seu casamento.

Desde o momento em que Elizabeth se tornou rainha havia uma pergunta que todos estavam fazendo: com quem a rainha se casaria? Supunha-se que uma das primeiras coisas que Elizabeth faria seria selecionar um marido para ajudá-la a governar o reino e, mais importante, para engravidá-la. Elizabeth foi a última de sua dinastia, e era esperado que a linhagem continuasse com o nascimento de um filho primogênito. No entanto, Elizabeth nunca se casou, e seu reinado foi o último da dinastia Tudor, pois ela foi sucedida por Jaime I da dinastia dos Stuart.

Nos primeiros anos de seu reinado, a corte estava cheia de pretendentes ao casamento, Elizabeth era agora a uma das mulheres mais procurada da Europa, pois um casamento com a rainha significaria uma grande aliança com um dos maiores poderes europeus, a Inglaterra. Ela recebeu ofertas de casamento do rei da Espanha, príncipe Erik da Suécia - em breve rei, arquiduque Carlos (filho do imperador Fernando), filho de John Frederic duque da Saxônia, conde de Arran, conde de Arundel entre outros.

Elizabeth soube com astúcia política utilizar da sua virgindade e do fato de estar disponível para casamento como uma manobra política para conseguir aliados e controlar os ânimos do continente europeu dentro de seu reinado. Esses ânimos eram vistos na estabilidade que Elizabeth construiu no seu reinado através da sua política externa de ação mínima.

O casamento da rainha era um assunto complicado e poderia ser desastroso para o país, como ilustra o caso da rainha Maria I. Elizabeth não queria repetir o erro de sua irmã casando-se com um homem que não seria popular com seu povo. Qualquer homem com quem Elizabeth se casasse teria palavra no governo do país (como Felipe esperava com Maria I) e nem Elizabeth nem seus ministros queriam renunciar a qualquer poder sobre os assuntos ingleses.

A tensão política ocasionada pelo problema de matrimônio de Elizabeth permeou todo seu reinado. A solução para tal tensão seria a forma com que a rainha decidiu não se casar. Alec Ryrie argumenta que Elizabeth estava negando aos seus súditos o maior benefício de uma monarquia dinástica eletiva, a garantia de uma estabilidade política baseada no direito hereditário de reinar. (RYRIE, 2017, p. 213)

A pressão que Elizabeth sofria por ser mulher dentro do mundo de reis na Idade Moderna, era mantida pelo quesito casamento. Caso a rainha não conseguisse um rei consorte, uma crise de sucessão aconteceria e causaria talvez um movimento contrário à reforma protestante que seus conselheiros queriam. Essa afirmação vinha do medo de Maria Stuart tomar posse no local de Elizabeth após sua morte. No entanto, após a morte de Maria, Jaime sendo o único herdeiro se tornou rei.

4. Maria Stuart e a ameaça católica

A política externa de Elizabeth se tornava cada vez mais necessária pela a erupção das guerras de religião no continente europeu. Outra linha de oposição relacionada ao exterior, era a do catolicismo. As medidas reformistas foram contrárias às crenças da maioria da população, de ideias e práticas católicas, e já mencionamos como a oposição dos bispos católicos, na Casa dos Lordes, às novas leis resultou em sua diminuição. Em 1563, com o fim do Concílio de Trento, o papado decidiu sobre mudanças na Igreja inglesa e proibiu os católicos de comparecer às comunhões protestantes, o que, lembre-se, era obrigatório pelo Ato da Uniformidade.

No entanto, a rainha decidiu evitar o confronto direto e preferiu usar persuasão e coerção, o que fez o catolicismo continuar a existir na década de 1560. Além disso, a sobrevivência de padres marianos do passado, bem como certos elementos litúrgicos ou tradicionais, fez com que os católicos se conformassem ou acabassem se convertendo ao protestantismo.

Elizabeth se contentou em adotar uma abordagem cautelosa nos primeiros anos de seu reinado. Muitos nobres católicos ocupavam posições importantes no governo local e ela não queria provocar nenhuma resposta negativa tão cedo. Sua fórmula era simples - se os católicos fossem leais à rainha e discretos em sua adoração, ela os toleraria. No entanto, os bispos foram instruídos a remover todas as formas de práticas católicas testemunhadas nos cultos pelo clero. As duas posições pareciam colidir e, como resultado, as primeiras políticas religiosas em relação aos católicos na Inglaterra careciam de qualquer clareza real. Por um lado, havia tolerância (contanto que isso acontecesse com lealdade) entre os influentes nas áreas locais, mas falta de tolerância nos cultos da igreja.

O historiador Alec Ryrie, ao explicar como os católicos elisabetanos, assim com os protestantes do reinado de Maria, se reuniam em segredo para produção teológica e estudos da bíblia. Elizabeth não queria expurgar os católicos, pois fazia parte de um dos grandes medos do regime, a criação de uma resistência católica. (RYRIE, 2017, pp. 226-7)

A ameaça católica durante o reinado de Elizabeth pode ser definida como sempre em movimento, ou seja, se alterava conforme as situações internacionais e locais. Durante todo o reinado de Elizabeth, a extensão em que os católicos ameaçaram Elizabeth e seu governo continuou flutuando. Também devemos considerar a ideia de que essa ameaça pode ser colocada em duas categorias diferentes, a ameaça pode ser tanto para sua vida quanto para sua autoridade, nas quais os católicos tentaram minar seu domínio e o poder na conciliação religiosa em 1559.

Christopher Haigh argumenta, de forma persuasiva, que houve uma grande parte do que ele chama de “sobrevivência” tradicionalista. Em um grau considerável, a igreja Elizabetana primitiva estava tentando acomodar esse tradicionalismo entre a população como um todo. Mas os católicos mais comprometidos, mais teologicamente conscientes e mais politicamente conscientes sabiam que esta era uma receita para a erosão gradual do princípio católico. Havia muitas pessoas que foram descritas na época como "papistas da igreja" nos anos 1560, pessoas cujos corpos estavam na Igreja da

Inglaterra, por assim dizer, mas cujos corações permaneceram com a antiga religião. Tais pessoas se tornariam gradualmente irremediavelmente comprometidas com o tempo, a menos que algo fosse feito para endurecer sua resistência a um deslizamento gradual em conformidade e aceitação dos novos caminhos. E, aos olhos daqueles que temiam isso, havia, afinal, toda possibilidade de que a “colonização” de 1559 não durasse mais do que outras mudanças. (HAIGH, 1993, p. 252)

No início de seu reinado, a ameaça era muito baixa. Isso se deve enormemente à situação estrangeira, na qual os países católicos não podiam se dar ao luxo de impor pressão à Inglaterra ou a Elizabeth por serem católicas por medo da Inglaterra formar alianças com os países envolvidos nas guerras Habsburgo-Valois. No entanto, a ameaça aumentou enormemente em 1568, com a chegada de Maria, rainha dos escoceses, à Inglaterra. Essa chegada deu aos católicos da Inglaterra uma figura importante para a resistência católica e provocou um influxo de conspirações contra Elizabeth com o objetivo de remover Elizabeth do trono e substituí-la por Maria.

Maria era filha do rei Jaime V da Escócia e sua segunda esposa, Maria de Guise. O bisavô de Maria foi Henrique VII, tornando Henrique VIII seu tio-avô. Desse modo, Maria e Elizabeth eram primas. O rei escocês morreu deixando uma herdeira de apenas três anos, Maria Stuart, que passou a infância na França como mulher em espera do futuro rei da França, enquanto sua mãe agia como regente. Aos 5 anos, Maria foi enviada para a França, onde cresceu na corte francesa. A mãe de Maria era francesa, e os escoceses tinham uma aliança de longa data com a França, então Maria estava noiva do herdeiro francês de 4 anos.

Nesse contexto, ocorreu uma revolução na Escócia, liderada por John Knox, que levou ao estabelecimento do calvinismo na Escócia e à assinatura do Tratado de Edimburgo²⁰. Esse tratado significava que Maria reconheceria Elizabeth como rainha da Inglaterra, já que ambas eram primas, mas Maria tinha mais direitos à coroa inglesa do que a própria Elizabeth

O impacto do Tratado de Edimburgo mostrou como a política externa de Elizabeth se tornou um dos grandes pilares de seu reinado. A rainha soube se portar e resolver a situação escocesa ao mesmo tempo que garantiu que os protestantes

²⁰ O Tratado de Edimburgo foi um tratado estabelecido em 5 de julho de 1560 entre os comissários da rainha Elizabeth I da Inglaterra com o consentimento dos senhores escoceses da congregação e os representantes franceses do rei Francisco II da França (marido de Maria Stuart). Foi acordado entre a França e a Inglaterra que todas as suas forças terrestres e navais se retirariam da Escócia. Maria e Francisco II da França não devem usar as armas e os sinais da Inglaterra e da Irlanda em suas heráldicas.

escoceses, como os *Lorde of the Congregation*²¹, tomassem controle da religião na Escócia fazendo assim, com que grande parte do poderio da Igreja Católica deixasse de existir no território escocês.

Antes da morte de Francisco II, Maria Stuart retornou à Escócia, recusando-se a ratificar o Tratado de Edimburgo. Lá ele se casou com Henry Stewart Conde de Darnley, um primo também descendente da irmã de Henrique VIII e, portanto, com direito ao trono inglês. Isso significou um fortalecimento da postura escocesa e o fruto do casamento foi o nascimento de Jaime, que acabaria sendo Jaime I da Inglaterra no futuro.

O conde de Darnley foi misteriosamente assassinado numa aparente conspiração interna, no entanto, Maria casou-se novamente com James Hepburn, Conde de Bothwell, um dos principais suspeitos do assassinato. Isto causou um problema político dentro da Escócia sobre uma suposta acusação de participação da rainha no assassinato. No entanto, Bothwell não agradava grande parte dos grupos protestantes da Escócia, que se mobilizaram rapidamente para a retirada do rei do poder. Maria se rendeu e Bothwell fugiu para fora do país, para depois ser caçado e morto. A situação desastrosa com que Maria se colocou, resolveu com a própria rainha sendo presa no castelo de Lochleven, e depois forçada a abdicar do trono em prol de seu filho. (RYRIE, 2017, pp. 207-8)

A situação que a Escócia se encontrava, era resultado de uma série de ações nas quais Maria tivera participação. Em primeiro lugar, a aversão a homens como Darnley e Bothwell era conhecido entre a população e a nobreza escocesa. Esse momento mostra como a Maria tinha poucas opções de fazer política. Por ser mulher, e por ser católica, se encontrava em uma posição de ataque constante por ambos os lados extremos da religião. Seu casamento foi necessário trazer estabilidade para o reinado, porém, só trouxe instabilidade e problemas internos. Deixando um reinado para seu filho Jaime, Maria via como única solução fugir para Londres e pedir abrigo a Elizabeth.

Na Inglaterra, Cecil a tornou prisioneira. Por seus direitos ao trono e suas crenças católicas, sua presença era considerada um perigo, pois dava esperança aos católicos e poderia ser aclamada no caso de um levante. Além disso, ela foi impedido de ver seu primo por seu suposto envolvimento no assassinato de Darnley, antes do qual

²¹ Os Senhores da Congregação (em escocês: Lairds ou Congregatioun), originalmente denominados de "os fiéis" eram um grupo de nobres escoceses protestantes que, em meados do século XVI, favoreceram a reforma da igreja de acordo com os princípios protestantes e uma aliança escocesa-inglesa.

ocorreu um julgamento no qual foram fornecidas evidências, conhecidas como "cartas do cofre".

As oito cartas encontradas no caixão foram supostamente escritas por Maria para Bothwell e foi dito que uma envolvia o casal no assassinato do segundo marido de Maria, Henry Stuart, Lorde Darnley, em fevereiro de 1567. Elizabeth I ordenou uma comissão para investigar o caso. A matéria do envolvimento de Maria no assassinato de Darnley em 14 de dezembro de 1568 foram as cartas foram utilizadas na Comissão Real como prova contra Maria. A historiografia inglesa reconhece que grande parte das evidências foram forjadas. A questão de veracidade das cartas se encontrava nos espaços em branco nas cartas que poderiam incriminar dependendo da forma com que a comissão enxergava. John Guy argumenta que as evidências que foram usadas para tornar Maria culpada do assassinato foram forjadas. (GUY, 2004, p. 400)

Maria enquanto prisioneira na Inglaterra, criou um problema doméstico de resistência católica. Sua chegada deu aos católicos da Inglaterra uma figura importante da resistência católica e provocou um influxo de conspirações contra Elizabeth, com o objetivo de remover Elizabeth do trono e substituí-la por Maria.

A chegada de Maria Stuart na Inglaterra representou um grande problema para Elizabeth, principalmente por causa de sua reivindicação ao trono, porque alguns católicos viam Elizabeth como ilegítima, sendo o produto do segundo casamento de Henrique VIII. As primeiras conspirações que aconteceram vieram do norte da Inglaterra. O norte inglês sempre teve uma resistência católica muito forte à conciliação religiosa de Elizabeth, e com a chegada de Maria I, a possibilidade de deposição da rainha trouxe esperança para eles.

Os condes do norte também eram católicos fortes e eram contra a interferência de Elizabeth em seus negócios. Esses fatores e a chegada de Maria, rainha dos escoceses, à Inglaterra, em 1568, os levaram à beira da rebelião. Em 1569, Charles Neville (6º Conde de *Westmoreland*) e Thomas Percy (7º Conde da Nortumbria) começaram a reunir suas forças. Em novembro, eles adentraram a cidade-fortaleza de Durham com mais de 4.500 homens, invadiram a catedral e destruíram a bíblia em inglês e a mesa da comunhão protestante. Uma missa católica foi então celebrada - um ato ilegal na Inglaterra.

No entanto, eles careciam de um plano coerente, enquanto, em comparação, a reação de Elizabeth à rebelião foi rápida. A maioria dos rebeldes recuou assim que soube que o conde de Sussex e vários milhares de soldados estavam marchando para o

norte. Os prisioneiros foram severamente punidos com mais de 800 rebeldes sendo executados como um aviso a outros rebeldes em potencial.

A reação a tal resposta de Elizabeth, veio do Papa Pio V. Em fevereiro de 1570, o papa Pio V declarou que Elizabeth era herege e, como tal, foi excomungada por meio de uma bula papal (ordem). A bula libertou os católicos de qualquer lealdade a Elizabeth e os convocou a removê-la do trono. O papa estava tentando capitalizar o descontentamento causado pela chegada de Maria, rainha dos escoceses na Inglaterra, bem como a recente rebelião dos condes do norte. Isso representava um perigo para o assentamento religioso elizabetano e poderia fornecer uma razão para um levante católico, possivelmente apoiado por uma potência estrangeira. (DORAN, 1994, p. 54)

O Parlamento não se arriscou e, em 1571, aprovou uma série de Atos destinados a proteger Elizabeth de quaisquer consequências da bula papal. Em 1571 foi aprovado o Ato de Traição, que era baseado nos atos de mesmo nome dos anos de 1534 e 1547. O ato tornava traição promover danos corporais à rainha, ou impor guerra contra ela, ou incitar outros a impor guerra contra ela, ou dizer que ela não deveria desfrutar da coroa ou publicar por escrito que ela é herege, tirana ou usurpadora, ou reivindicar um direito à Coroa ou usurpa-a durante a vida da rainha, ou afirmar que outra pessoa tem o direito de sucessão ao trono ou que as leis promulgadas pelo Parlamento não governam a sucessão ao trono. Esse Ato foi um marco de defesa no reinado de Elizabeth, pois ela tinha medo de um movimento de resistência católico mais desenvolvido.

A rebelião dos condes do norte e a bula papal de excomunhão provaram ao Conselho Privado que Maria, a presença da rainha dos escoceses na Inglaterra era um problema. Durante o resto de seu reinado, a ameaça católica a Elizabeth aumentou com uma sucessão de conspirações contra ela. Um de seus conselheiros, o secretário principal e responsável pela rede de espionagem do reinado, Francis Walsingham teve grande participação em descobrir essas conspirações. Dentre as conspirações é importante destacar o papel de três delas: Ridolfi, Throckmorton e Babington

A primeira das conspirações católicas aconteceu em 1571, e ficou conhecida como a conspiração de Ridolfi. Em 1571 foi descoberto, uma conspiração católica envolvendo Filipe II de Espanha, o Papa Pio V, o Duque de Norfolk e Maria Stuart. No centro estava Roberto Ridolfi, um banqueiro florentino baseado em Londres. Ridolfi viajou para Roma e Madri para levantar apoio para uma invasão da Inglaterra pelo seu lado oriental que se seguiria de uma revolta dos católicos, tendo seu ápice no casamento do Duque de Norfolk com Maria, que tomaria o trono inglês. (MARSHALL, 2012, p.

197) Quando o mensageiro de Ridolfi foi preso em Dover (cidade costeira ao leste da Inglaterra), cartas incriminatórias foram apreendidas e Norfolk foi preso, julgado por alta traição e considerado culpado. Ele foi executado em Tower Hill em 2 de junho de 1572.

Esta primeira conspiração católica começou a mudar o comportamento de Elizabeth I em relação aos católicos. Embora sem sucesso, a conspiração concentrou as mentes do governo inglês em tentativas de assassinato de Elizabeth e, mais importante, exacerbou a exigência puritana de que Maria fosse executada a fim de salvaguardar a igreja e o estado inglês. A influência do dia de São Bartolomeu do massacre aos huguenotes na França também se tornou presente na Inglaterra em 1572, e reforçou ainda mais as políticas contra os católicos.

A atmosfera então era de tremenda insegurança e a resposta do governo foi severa. As multas por não frequentar a Igreja da Inglaterra foram aumentadas de um xelim por mês para vinte libras. Isso representa um aumento de quatrocentas vezes no valor das multas de recusa. Em 1585, a Inglaterra foi finalmente, após uma longa hesitação, levada a declarar guerra aberta à Espanha e a enviar tropas para os Países Baixos para ajudar a reforçar a resistência dos protestantes holandeses. E no mesmo ano, o Parlamento fez com que qualquer sacerdote ordenado da igreja católica fosse punido até mesmo para entrar na Inglaterra. Para um padre ser encontrado em solo inglês era traição. (RYRIE, 2017, p. 228)

A segunda das conspirações aconteceu em 1583. A conspiração de Throckmorton envolveu um plano para encorajar uma revolta popular entre os nobres católicos ingleses no norte da Inglaterra. Francis Throckmorton era um jovem católico inglês que atuou como intermediário entre Maria Stuart, os nobres católicos, o embaixador espanhol e o embaixador francês. O objetivo era a derrubada de Elizabeth e a restauração de Maria Stuart ao trono. Isto seria conseguido através da invasão de um exército francês, com o apoio financeiro da França, de Felipe II da Espanha e do Papa.

As atividades de Throckmorton, particularmente reuniões regulares com o embaixador espanhol Mendoza, levantaram a suspeita de Sir Francis Walsingham. Após sua prisão, uma busca na casa de Throckmorton encontrou papéis incriminatórios que implicavam tanto Throckmorton como outros plotters católicos. Os papéis continham detalhes da invasão francesa planejada. Sob tortura, Throckmorton confessou a seu papel no enredo para derrubar Elizabeth e substituí-la por Maria Stuart.

Uma característica importante da conspiração de Throckmorton foi que tanto a França como a Espanha estavam envolvidas. Mendoza - o embaixador espanhol - foi expulso da Inglaterra. Isso sugeria que as relações entre a Inglaterra e a Espanha estavam piorando, e continuariam a deteriorar até 1585. A trama de Throckmorton aumentou ainda mais o sentimento entre os ingleses de que os católicos estavam se tornando o "inimigo interno".

A última e mais relevantes das conspirações foi a conspiração de Babington. A tentativa de Babington de 1686 foi a terceira contra a vida de Elizabeth I. A conspiração tinha basicamente os mesmos objetivos que as conspirações de Ridolfi e Throckmorton - substituir Elizabeth por Maria Stuart através do uso de um exército invasor. Neste caso, o plano era o uso de um exército invasor francês financiado por Felipe II da Espanha.

A conspiração foi descoberta quando uma carta que Babington escreveu a Maria Stuart, delineando seis passos que precisavam ser tomados a fim de libertar Maria e substituir Elizabeth. A evidência mostrou a participação direta de Maria Stuart, fazendo assim com que ela fosse executada em 1583. A reação internacional à execução de Maria, piorou a relação de Elizabeth com os países católicos e principalmente com a Espanha. As conspirações tiveram impacto na transformação da tolerância de Elizabeth com os católicos, no entanto, no cenário internacional a situação com a Espanha e a Holanda também impactaria as resistências católicas à Elizabeth.

A Igreja Católica além de apoiar as conspirações, também utilizou da sua estrutura para fazer com que a rebeldia católica interna acontecesse. A partir de meados da década de 1570, os sacerdotes missionários formados na Holanda começaram a chegar para reforçar a fé dos fiéis católicos. Cerca de sessenta pessoas chegaram ao longo da última década de 1570. A partir da década de 1580, juntaram-se a eles outro grupo, os jesuítas, as tropas de choque da Contrarreforma Católica na Europa, que se juntaram à missão na Inglaterra. (RYRIE, 2017, p. 229)

Os católicos ingleses tinham uma rede de apoiadores no estrangeiro. Muitos dos sacerdotes missionários que chegaram na década de 1580 vieram de Douai, na Holanda. Lá tinham sido treinados para missões inglesas. Além do apoio da Holanda, os católicos ingleses procuravam também a França e, mais importante ainda, a Espanha. Estes católicos puderam tirar partido das suas ligações e dinheiro no estrangeiro para conspirar contra Elizabeth.

A relação entre Inglaterra e Espanha já estava se deteriorando desde a ascensão de Elizabeth, no entanto, um fator a mais que contribuiu foi a ajuda que a Inglaterra deu aos protestantes holandeses para resistirem as forças espanhóis dentro da Holanda.

Durante o curso do reinado de Elizabeth, os ingleses fizeram várias coisas que irritaram os espanhóis. Em 1568, o Duque de Alva teve cinco de seus navios interceptados e roubados de £85.000 em lingotes de ouro. Dez anos depois, em sua circum-navegação do globo, Sir Francis Drake atacou navios espanhóis perto de Lima. A Inglaterra também tinha um controle histórico do Canal da Mancha, o primeiro desses incidentes pode ter afirmado essa supremacia.

A religião foi um grande problema durante o reinado de Elizabeth. A partir de sua adesão, houve questões políticas e conspirações que foram motivados em grande parte pela religião. O governo de Elizabeth se envolveu em vários conflitos religiosos que aumentaram as tensões com a Espanha. A bula papal de 1570 foi provocada pela Reforma Escocesa e pela Rebelião do Norte. A sua própria existência significava que politicamente as religiões dos dois países eram bastante incompatíveis. Seguiu-se o envolvimento espanhol em tramas católicas. O envolvimento inglês no conflito religioso europeu do continente também continuou. O envolvimento inglês de maior significância religiosa nesse momento foi na Holanda.

Durante o reinado de Maria, muitos protestantes ingleses tinham fugido para a Holanda, se radicalizando na fé protestante devido à natureza do seu exílio. Após a chegada de Elizabeth ao trono, um grande número deles retornou do exílio. Na Holanda, porém, houve uma repressão da fé protestante pelo Duque de Alva. O sucesso do Duque de Alva contra os rebeldes obrigou Elizabeth a apoiar os protestantes na Holanda. Quando isso ocorreu, só poderia ter como resultado uma maior distância entre Madrid e Londres.

O ponto chave da tensão entre a Inglaterra e a Espanha, foi a declaração formal de guerra em 1585. A Espanha preparou um plano para invadir a Inglaterra pelo Canal da Mancha, utilizando as forças do Duque de Parma. Estava previsto que a frota espanhola, composta por mais de 100 navios, navegaria da Espanha ao longo do Canal da Mancha e se encontraria com as forças do Duque de Parma, sobrinho de Filipe, vindo da Holanda. Juntos eles navegariam para a Inglaterra. Acreditava-se que esta força iria derrotar os ingleses. (GUY, 1988, p. 339)

A Armada Espanhola era uma frota de invasão, partindo da Espanha em maio de 1588. A Armada foi em direção da Holanda onde iriam se juntar as tropas do Duque de

Alva antes de invadir a Inglaterra. A Armada consistia em 130 navios, incluindo 22 galeões. Felipe II da Espanha tinha crescido cansado do inglês "dos cães do mar"²² e da execução de Maria Stuart, rainha dos escoceses tinha enfurecido católicos através de Europa. Diante dessa grande frota estavam os ingleses, liderados por Sir Francis Drake. Uma combinação de clima, bom planejamento e boa sorte deu aos ingleses uma famosa vitória.

A vitória inglesa repercutiu pela Europa e deu mais força aos movimentos protestantes reformadores. Essa vitória permitiu que a Inglaterra sobressaísse como detentora de uma grande marinha, e manteve esse título por anos, os espólios foram usados para alimentar o cofre real, no entanto, o maior impacto foi o teológico. A derrota de um rei católico por uma rainha protestante dentro do contexto da conciliação religiosa de Elizabeth, tornava ainda mais palatável para os protestantes radicais e moderados de seu reinado, como a Inglaterra estava se tornando cada vez mais protestante.

Mas o que dizer, finalmente, daqueles que não eram nem católicos, nem puritanos radicais, nem divinos anglicanos, a massa de pessoas nas paróquias? Diz-se que, para a maioria deles, a reforma de Elizabeth foi essencialmente uma série de experiências. Uma lenta mudança da riqueza visual, ritual e simbólica da religião medieval tardia para uma religião um pouco mais simples, mais verbal, baseada na bíblia inglesa, e no *Book of Common Prayer* de 1559, incluindo coisas como pregação mais frequente, canto de salmo e outras práticas inovadoras. Esse processo de mudança gradual na cultura religiosa foi provavelmente ajudado pelos elementos de continuidade observáveis nos serviços da Igreja da Inglaterra que gradualmente fez seu trabalho. A geração mais velha, tanto do clero como do laicato, que podia se lembrar dos velhos tempos, havia morrido em grande parte na década de 1580. Uma proporção crescente da população não conhecia outra igreja que não a de Elizabeth. Eles não enfrentaram nenhuma ameaça séria da missão católica. Os padres missionários católicos concentraram sua atenção em pessoas politicamente significativas. A maior parte do seu trabalho foi feito entre a pequena nobreza, não havia uma verdadeira missão para as pessoas comuns, e em 1603 a Igreja da Inglaterra tinha cerca de dois milhões e meio de comunicantes, enquanto havia apenas cerca de 8.000 a 9.000 recusantes católicos

²² Os *Sea Dogs* eram um grupo de invasores marítimos, autorizados pela rainha Elizabeth I da Inglaterra e envolvidos no tráfico de escravos. Os cães-do-mar eram essencialmente um ramo militar que foi autorizado pela rainha para atacar a frota espanhola e pilhar seus navios a fim de trazer riquezas e tesouros.

conhecidos, a maioria deles membros do gentio ou seus inquilinos imediatos abrigados sob sua proteção.

Até este ponto, pode-se dizer que a ameaça católica estava realmente diminuindo. Entretanto, o clero protestante estava gradualmente se adaptando ao seu papel de pastores e professores. Inicialmente, havia uma grave escassez de pregadores e de clero educado, mas o trabalho constante dos bispos, e a de ordenação de jovens nas universidades, quando de a morte de Elizabeth a pregação era comum na maioria das áreas do reino, o clero estava cada vez mais graduado; o seu nível de aprendizagem estava melhorando. Os mais severos e os mais exigentes do clero podiam ser altamente críticos das atitudes religiosas das pessoas comuns. Alguns deles viam as pessoas comuns como sendo talvez des-catolicizadas, talvez hostis à autoridade papal, mas poucos protestantes em qualquer sentido profundo e significativo. Mas talvez isso seja um julgamento muito severo sobre pessoas que foram gentilmente descritas como "paroquianos anglicanos" ou "livros de oração anglicanos", construindo uma lealdade pela forma de religião com a qual eles estavam familiarizados.

Na década de 1590, grande parte da população pensava em si mesmos como membros da família protestante, por assim dizer, mesmo que sua compreensão teológica fosse mista. Ao mesmo tempo, é claro que permaneceu o caso dos puritanos que viram a reforma como essencialmente inacabada entre a população em geral. E havia um número razoável de pessoas que compartilhavam essa percepção - que ela permanecia inacabada - pois a audiência dos piedosos pregadores era significativamente maior, significativamente mais alfabetizada, significativamente mais provável de ter um melhor conhecimento da Bíblia e do *Book of Common Prayer*, significativamente mais provável de ter lido algumas das publicações religiosas de língua inglesa na tradição puritana que estavam fluindo das prensas; pessoas mais profundamente envolvidas em uma cultura religiosa vernácula, produzida por puritanos que abandonaram sua oposição política, mas que surgiram como os evangélicos mais ativos, os mais sérios, os mais piedosos conselheiros da tradição protestante nas paróquias.

Nesse nível, a reforma posterior talvez não tenha sido dramática, exceto no drama privado da conversão pessoal das pessoas. Mas se a situação de 1600 era de relativa calma, ela também estava armazenando as sementes do drama futuro. O protestantismo estava gradualmente entrando na cultura popular, a minoria puritana estava alargando a sua influência, não como um movimento político, mas como um estilo religioso generalizado.

A hostilidade ao que era descrito como "papismo" era cada vez mais generalizada, e as tensões permaneciam sobre qual deveria ser a natureza do protestantismo inglês. E elas dariam origem, como veremos mais tarde, ao que foi chamado de guerras de religião da Inglaterra no século XVII. Disputas não entre católicos e protestantes - isso talvez tenha sido em grande parte resolvido em 1600 - mas disputas entre diferentes concepções do que era ser protestante.

Algo que deveras agradou aos protestantes da época de seu reinado, foi a vitória inglesa sobre o rei espanhol Filipe II, que acabou perdendo a guerra que empreendeu contra a Inglaterra. Mas tal ocorrido foi uma inevitabilidade de sua época, já que Elizabeth I primava pela cautela, evitando ao máximo envolver a Inglaterra em conflitos no continente. Em seu modo de conduzir a política interna, Elizabeth I evitou uma cruzada contra o catolicismo, ainda que houvesse uma forte polarização religiosa por parte do protestantismo em seu país. A sua prevenção contra a expansão da ideologia católica no território inglês, visava tão somente a prioridade para a segurança da Inglaterra e a soberania da coroa inglesa em seu território, coisa que, aliás, também atingiu os reformadores mais zelosos e radicais, os quais foram também coibidos no governo da rainha. Por isso, seu governo visava ser uma força de equilíbrio entre lados opostos, ao mesmo tempo que almejava o desenvolvimento econômico do país. De fato, do ponto de vista estritamente econômico, houve em sua época um período áureo de expansão econômica (mediante a Companhia das Índias) e o investimento na indústria inglesa, além de um grande desenvolvimento no campo das artes e da literatura.

5. A construção de um habitus anticatólico

A reforma protestante na Inglaterra teve início devido a certos motivos específicos, nos quais estiveram presentes certos sentimentos de cunho "nacionalista" somados a motivos próprios e pessoais do rei Henrique VIII, relacionados à recusa do Papa em aceitar seu divórcio da rainha espanhola Catarina de Aragão. Outrossim, estiveram presentes certos elementos de cunho político, cultural, religioso e econômico em todo o processo da reforma na Inglaterra, e que participaram efetivamente de todo o processo para a consolidação dela. Sabe-se que os fatores acima mencionados estão quase sempre presentes tanto nos processos civilizatórios, como no das transformações

sociais mais profundas que ensejam mudanças significativas no *status quo* social de determinado país ou grupo social.

No caso da Inglaterra propriamente dita e à época da implementação da Reforma Protestante neste país, pode-se também perceber a participação significativa da rainha Elizabeth I para a consolidação dela. A Conciliação Religiosa por ela promovida e os impactos e reações na sociedade de então, se analisadas do ponto de vista sociológico, podem muito bem expressar certos dinamismos sociais que se alinham à visão sociológica do pensador francês Pierre Bourdieu²³ com seu conceito de *campo* e *habitus*.

Na visão de Bourdieu, destacam-se as noções de *habitus* e *campo* como formas específicas e simbólicas para a manifestação do poder na esfera pública e social. No que tange ao conceito de *habitus*, reporta-se a certas tendências na mente dos indivíduos, vindas da esfera pública, que por sua vez reverberam em certas ações na esfera pública e social. Tais ações determinam a estruturação e o dinamismo organizacional da sociedade a modo de conservar e/ou de modificar as estruturas sociais: Como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes

O *habitus* advém das estruturas sociais que influenciam os indivíduos, mas, ao mesmo tempo, tais indivíduos acabam por assimilar tais influências à sua própria maneira, e, num passo posterior, alguns grupos e indivíduos podem tornar-se agentes sociais (estruturas estruturantes) no processo de dinamismo social e influenciar o *campo*, na esfera pública e social. No que tange à noção de *campo*, refere-se as normas presentes nos espaços sociais, que determinam as ações públicas dos indivíduos. Nestes espaços, a modo de *campo*, se dá um certo dinamismo dialético onde ao mesmo tempo que determinam certas ações, são, todavia, também influenciados pelos agentes sociais e seu *habitus*.

No processo dinâmico que historicamente se verifica na implementação da reforma na Inglaterra há também um processo dialético em que fatores estruturantes presentes na cultura ou tendências culturais inglesas, participaram ativamente no processo. Certamente as medidas de Henrique VIII, com suas motivações e propósitos

²³ Pierre Bourdieu (Denguin, França, 1 de agosto de 1930 — Paris, França, 23 de janeiro de 2002), foi um dos principais intelectuais do século XX. Foi professor de sociologia no *Colège de France* e diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais.

específicos, foram um ímpeto inicial para que mudanças estruturais fossem levadas a efeito na sociedade inglesa. Pode-se dizer que, ainda que a reforma na Inglaterra tenha sentido eminentemente religioso, ela se inicia no âmbito político com as ações de Henrique VIII ao determiná-la, instaurá-la e legalizá-la, ao mesmo tempo em que se autoproclamou como chefe primaz da igreja da Inglaterra. Neste caso, fora uma medida da própria monarquia inglesa, se bem que cooperou o fato da coesão, a modo de sociedade civil, que havia na Inglaterra, conforme diz Patrick Collinson:

Vista de uma distância considerável, a realização de uma reforma inglesa que foi na verdade drástica representou uma dialética entre a monarquia mais eficaz da Europa, se bem que não a mais poderosa, que esperava ser obedecida e em grande parte o era, e uma nação que apesar de toda a sua variedade local e regional era coesa e já constituía uma certa espécie de sociedade civil.(...) A chave reveladora do que ocorreu foi o direito consuetudinário da Inglaterra, que fez com que aquilo que o governo monárquico ordenou como mudança religiosa tivesse sido em grande parte executado, ainda que fosse impopular. (COLLINSON, 2006, p. 148)

Com a crescente formação das monarquias centralizadas na Europa e ao longo da Idade Média, os estados-nações foram, aos poucos, adquirindo certa autonomia em relação à Igreja e nas decisões dos chefes de estado sobre assuntos de cultura, política e moral. Na Inglaterra, segundo Abreu (ABREU, 2003, p. 16), já havia um descontentamento da monarquia inglesa com a Sé de Roma, mesmo muito antes do cisma de Henrique VIII. O cisma eclodiu com Henrique VIII, dado seu conflito com o papa da época (Clemente VI), devido aos motivos já citados sobre o novo matrimônio que Henrique VIII pretendia contrair e que foi desaprovado pelo papa. Também incomodava ao rei a ingerência papal nos negócios de estado da Inglaterra.

Em certo aspecto, não foi difícil ocorrer o cisma provocado pelo rei, já que havia um parlamento em grande parte nacionalista. O Arcebispo Thomas Cranmer, que já havia aderido ao protestantismo, apoiava o rei na empreitada e celebrou o seu novo casamento com Ana Bolena. Vários atos do parlamento foram devidamente sancionados pelo rei para que a reforma na Inglaterra fosse implementada. Todavia, no território inglês, já circulavam de forma secreta alguns exemplares em vernáculo da Bíblia desde John Wycliffe²⁴, no século XIV. Mas passa-se a ser utilizada uma nova tradução em

²⁴ 1.328 – 1.384. Foi um dos precursores da Reforma Protestante, na Europa, teólogo e professor na Universidade de Oxford.

vernáculo, cujo empreendimento foi liderado pelo protestante William Tyndale²⁵, que fora perseguido e morto pelas próprias autoridades públicas de Henrique VIII, antes do Cisma e quando este ainda possuía ligações com a Santa Sé.

É possível notar que mesmo antes da cisma do rei Henrique VIII, já havia na Inglaterra uma tendência ou *habitus* em certas esferas públicas, que influenciava a relação igreja, estado e sociedade. A reforma na Inglaterra inicia-se a partir “de cima” (na monarquia), modela a igreja na Inglaterra e atinge a sociedade civil como um todo. A partir desta compreensão, vê-se que a reforma na Inglaterra precisou primeiro de uma consolidação da própria monarquia (que com Henrique VIII e após ele teve momentos de instabilidade), depois de um equilíbrio na esfera religiosa (o que se deu com a conciliação religiosa de Elizabeth I), para pôr fim trazer uma estabilidade social mais duradoura. Igreja, estado e sociedade precisaram ambos participar de uma forte tensão dialética advinda do *habitus* presente na sociedade inglesa.

Os fatos históricos envolvendo a reforma da Igreja, na Inglaterra, possibilitam uma apreensão epistemológica da própria maneira em que se deu o processo, ocorrido a modo de tensão dialética entre as estruturas sociais envolvidas. Tal apreensão nos revela que a reforma na Inglaterra não se deu apenas no plano da “subjetividade”, onde apenas os motivos pessoais de Henrique VIII determinariam os próprios fatos da reforma, sem que outros fatores de caráter objetivo estivessem presentes, no caso, as estruturas sociais envolvidas. Todavia, questões subjetivas e pessoais em certos processos sociais existem, e a questão também tem haver em como conceber-se, epistemologicamente, a participação de certos agentes sociais individuais e, ao mesmo tempo, de certas estruturas sociais, num processo que se torne objetiva e epistemologicamente demonstrável, para além de observações de caráter somente fenomenológica, ainda que não prescindam dela totalmente. Neste caso, segundo Carvalho:

A teoria de Bourdieu coloca como problemática a mediação entre a sociedade e o agente social. Sendo assim, ele se propõe a romper com a separação entre dois tipos de conhecimento polares e antagônicos: o objetivismo e a fenomenologia. Enquanto o primeiro constrói as relações objetivas que estruturam as práticas individuais, a fenomenologia parte da experiência primeira do indivíduo. Para resolver esta questão, Bourdieu propõe um novo tipo de conhecimento que se diferencia dos anteriores e pretende articular dialeticamente o ator social e a estrutura social. A este tipo de abordagem epistemológica, nosso autor vai denominar de conhecimento praxiológico, que teria por objeto o sistema de relações objetivas

²⁵ 1.484 – 1.536. Ministro protestante e acadêmico inglês, mestre em Artes na Universidade de Oxford.

construídas pelo conhecimento objetivo, assim como as relações dialéticas entre as estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las. (CARVALHO, 2003, pp. 102-103)

Assim, nos processos dinâmico-dialéticos do conhecimento com reverberações na apreensão da dinâmica social, ocorre uma interiorização da exterioridade, seguido depois de uma exteriorização da interioridade. Neste processo, o sujeito do conhecimento pode formar um conhecimento objetivo sobre os fatos, e os agentes públicos podem exercer uma influência significativa na dinâmica social.

O período do Renascimento na Europa a partir de meados do século XIV, enquanto revalorização dos pensamentos da Antiguidade Clássica, trouxera avanços na forma *autônoma* de conduzir a cultura, as artes e as ciências na sociedade europeia. O dogmatismo religioso na sociedade dividiu espaços com um pensamento de caráter mais racional, humanista e científico. A Reforma Protestante foi, de certa forma, alimentada com esta tendência ao menos em certos aspectos específicos, sendo que antes do cisma henriquino já havia repercussões reformistas na Inglaterra, conforme já se mencionou. Percebe-se assim o desenvolvimento de um *habitus*, de forma paulatina, a se formar como tendência de parte da sociedade inglesa.

A manifestação deste *habitus* foi sendo fortalecida a partir de certos fatores ocorridos na sociedade inglesa no âmbito cultural e religioso, como por exemplo a distribuição clandestina de literatura protestante e, antes disto, de exemplares da Bíblia desde a época de John Wycliffe, as pregações em diversas regiões do país e a formação de círculos intelectuais fechados de estudos teológicos entre certos eruditos e estudiosos. Tais manifestações foram possibilitando, também de forma paulatina, uma transferência de valores e pensamentos na sociedade inglesa, influenciando o *campo* de valores já estabelecidos na mesma sociedade, na medida em que se tornaram um sistema estruturante a modo de *habitus*, onde ele adquire o status de sistema durável, perceptível e depois transferível:

temos que o *habitus* é um estado particular da estrutura e deve ser encarado como um sistema de disposições duráveis e transferíveis e, que, ao integrar todas as experiências passadas funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações, ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências de esquemas que permitem resolver problemas da mesma forma e graças a correções incessantes dos resultados obtidos. (CARVALHO, 2003, p. 105)

Embora as decisões da monarquia inglesa tivessem sido o que de fato implementou ou abriu as portas para a reforma na Inglaterra, este foi, no entanto, o âmbito eminentemente político. Havia um habitus a modo de *estrutura estruturante* que se desenvolvera nos círculos da sociedade inglesa e que influenciou as próprias ações políticas de alguns da dinastia Tudor.

Nesse sentido, permitiu a sobrevivência de certas tradições no início do reinado, para que os aspectos protestantes pudessem ser absorvidos progressivamente pelos mais conservadores. De qualquer forma, a Reforma não foi concluída com Elizabeth: a população continuou a acreditar em boas obras, sem entender a predestinação, e reteve superstições. Da mesma forma, a organização clerical dificilmente foi modificada, em detrimento das demandas protestantes. Independentemente do entendimento das doutrinas, dada a regularidade da frequência à igreja durante os últimos anos do reinado, os autores argumentam que em 1603 a Inglaterra era uma nação protestante com uma Igreja mais ou menos estável, o que permitia aos protestantes praticar sua devoção. em paz e de maneiras diferentes.

No entanto, isso não significa que não houve dissidentes. Elizabeth morreu em 24 de março de 1603, depois de mais de quarenta anos de reinado que deram certa estabilidade à Inglaterra. A longa duração do reinado foi fundamental para o estabelecimento da nova Igreja Anglicana, bem como para o surgimento e consolidação de um claro sentimento nacional anticatólico, o qual irei abordar com mais profundidade no próximo capítulo. Na sua morte, a incerteza da sucessão voltou novamente, já que a rainha nunca quis se casar ou nomear um sucessor na vida. Poucas horas após a morte de Elizabeth, Robert Cecil²⁶ nomeou Jaime VI da Escócia rei, que se tornou Jaime I da Inglaterra, filho de Maria Stuart.

Capítulo 4: A conciliação religiosa deu certo?

Elizabeth I subiu ao trono durante um tempo de vida religiosa incerta. Seu pai, Henrique VIII, havia afastado a Igreja Inglesa do papado. Eduardo VI, seu irmão, havia dado um passo adiante e criou uma igreja estatal protestante na Inglaterra. Então, Maria I, irmã de Elizabeth, retrocedeu a reforma protestante com a restauração do catolicismo.

²⁶ Filho de William Cecil. Sucedeu seu pai após sua morte em 1598

Essas mudanças tinham deixado a Inglaterra num estado de instabilidade religiosa, que Elizabeth precisava consertar. Para fazer isso, a rainha teria que caminhar por uma linha tênue, o que tem sido chamado de via meios de comunicação, ou estrada do meio. Nisso ela estava tentando seguir os passos de seu pai, mas é preciso perguntar, quão bem-sucedida foi ela?

Peter Marshall argumenta que a historiografia inglesa considera a conciliação religiosa e política o centro da reforma protestante da Inglaterra. (MARSHALL, 2012, p. 152) É necessário atentar para debate historiográfico sobre a conciliação religiosa de Elizabeth. O tema, ainda contemporâneo para historiografia inglesa, é dotado de diversas abordagens diferentes, no entanto, irei delinear um quadro geral no qual a historiografia inglesa se encontra sobre o assunto.

A construção desse debate historiográfico se pautará no livro *Reformation England* de Peter Marshall (2012), *English Reformations* de Christopher Haigh (1993), *The Elizabethan Church and the New Religion* de Patrick Collinson (1985), *The Debate on the English Reformations* de Rosemary O'Day (2015), *All Things Made New: The Reformation and its Legacy* de Diarmaid MacCulloch (2016), assim como outros dois artigos também de Peter Marshall (2009) e Christopher Haigh (1982). Utilizarei-me do artigo de Christopher Haigh escrito em 1982 para dar um panorama inicial sobre os pensamentos em relação a reforma, e ao longo deste capítulo entrarei em um debate mais contemporâneo da historiografia sobre a conciliação religiosa. A recente historiografia da Reforma elisabetana (e dos seus subcampos como o Puritanismo e o Catolicismo) tem sido particularmente viva e controversa, e à medida que se desenvolve, os assim nos familiarizando cada vez mais com esta literatura e desenvolvendo capacidade de a avaliar criticamente.

Historiadores têm examinado a Reforma da Igreja Inglesa e suas interpretações podem ser divididas em quatro grandes escolas de pensamento: reforma rápida vinda do governo de cima para baixo; reforma rápida vindo do povo, da base para o topo; reforma lenta a partir da base para o topo; reforma lenta a partir do topo para a base. Todas essas escolas de pensamento dão uma perspectiva diferente do progresso do movimento protestante na Inglaterra. (HAIGH, 1982, p. 995)

Os estudiosos que estudando a tese de uma reforma protestante rápida, com origem no topo, ou seja, no governo, argumentam que a monarquia estava aplicando à força as mudanças religiosas a partir do topo, e então o movimento de reforma rapidamente desceu até aos paroquianos comuns. Eles afirmam que o protestantismo foi

rapidamente forçado a descer pelos diversos níveis da sociedade para o nível comum. pelos sacerdotes, pela ordem da rainha, e que foi rapidamente aceite. O principal estudioso que apoia esta ideia é Geoffrey Elton (1977), que baseia o seu argumento na ideia de que a Reforma foi iniciada por Thomas Cromwell.²⁷

Outra escola de pensamento sobre a causa da reforma protestante na Inglaterra é aquela que defende a tese de uma reforma rápida de baixo para cima. A. G. Dickens (1964) enfatiza as raízes religiosas deste movimento, ao invés das políticas, como na reforma de cima para baixo. Ele argumenta que os evangelistas do Lollardismo e sua prática de ler a Bíblia estabeleceram as bases para uma expansão de base do protestantismo.²⁸

O movimento de reforma de baixo para cima foi ainda mais embasado pela negligência do clero católico; o clero superior estava demasiado envolvido com a política para prestar atenção no movimento e os inferiores eram demasiado pobres e sem instrução no quesito religioso protestante. No entanto, há um problema significativo com esta escola de pensamento. Os hereges em que esta tese se baseia são poucos e distantes entre si, e poderia haver uma tendência de perder a perspectiva se os estudiosos se concentrarem demasiado nesta minoria. (HAIGH, 1982, p. 1003)

A terceira escola de pensamento é a da lenta reforma a partir do topo, isto é, que as reformas religiosas começaram com a autoridade do monarca e dos bispos, mas foram lentas nas paróquias. Penry Williams(1979) argumenta que, embora os primeiros movimentos da Reforma possam ter afetado os instrumentos do estatuto, foi somente na conciliação religiosa elisabetana, quando a pregação e a punição oficiais foram usadas efetivamente, que o catolicismo foi finalmente removido.

A reforma lenta de baixo para cima é a tese adotado por historiadores recentes do puritanismo, incluindo Patrick Collinson. Collinson vê a Reforma elisabetana como mais o fim evangélico de um movimento político iniciado sob o reinado de seu pai. Ele afirma que esta foi a fase em que os pregadores levaram as novas crenças às paróquias e desenvolveram comunidades de protestantes fortemente comprometidos. Collinson

²⁷ Para mais detalhes sobre essa interpretação historiográfica ver: ELTON, G. R. *Reform and Reformation: England 1509-1558*. London: Hodder Arnold, 1977.

²⁸ Sobre o trabalho de A.G Dickens ver: DICKENS, A. G. *The English Reformation 2nd Edition*. New York: Pennsylvania State University Press. 1989.

também argumenta que enquanto pouca oposição pode ser encontrada na Reforma inicial, há pouco ou nenhum sinal de protestantes nas próprias paróquias até 1590.²⁹

Todos estes conceitos de reforma têm falhas, como aponta Christopher Haigh (1982). Aqueles que se concentram na reforma rápida pressupõem que a ausência de rebelião católica documentada sob o reinado protestante é um sinal de aceitação, pelo menos, e talvez até aprovação. Aqueles que se concentram em reformas lentas cometem um erro semelhante ao assumir que a falta de rebelião protestante significativa durante o reinado de Maria I é um sinal do fracasso das reformas iniciais em tomar conta do campo. A sequência mais provável de eventos é a de uma ocorrência mista da reforma de cima e de baixo, começando lentamente no campo, e mais rapidamente nas áreas urbanas, e tudo dependendo do clima sócio-político da área. Uma via média entre os dois métodos de análise. (HAIGH, 1982, pp. 1006-7)

Elizabeth ao ser coroada, propôs uma nova forma de política religiosa para que pudesse ser instaurado uma estabilidade interna em seu reinado. Os historiadores têm se acostumado cada vez mais nos últimos anos a ver a Reforma Inglesa como um processo longo e lento, abraçando elementos significativos de continuidade e mudança. No lugar de uma rápida e popular introdução da nova religião, os historiadores têm enfatizado as dificuldades do protestantismo inglês, sua lenta aceitação pelo povo e sua fraqueza contínua. Nesse quesito podemos destacar o debate entre Christopher Haigh (1993) e Diarmaid MacCulloch (2001).

De acordo com Christopher Haigh (1993), Elizabeth decidiu fazer as mudanças necessárias para levar a Inglaterra de um país católico para um país protestante, porque ela tinha começado seu reinado prometendo estabilidades e mudanças. Para fazer isso, ela teria que mudar as leis, remover todas as dos bispos e conselheiros católicos do reinado de sua irmã, e colocar homens protestantes em esses lugares.

Mesmo que ela desejasse reinar em um país protestante, havia homens no poder que discordavam. Havia membros da Câmara dos Lordes que acreditavam firmemente que a Igreja Católica era a única igreja verdadeira, e lutaram contra o projeto de reforma em 1559. Os Atos de Supremacia e Soberania serviram dois propósitos: restaurar a supremacia real e restaurar o protestante cultos religiosos que tinham sido praticados durante o reinado de Eduardo VI. Tinha passado na Câmara dos Comuns com poucos problemas, mas os Lordes não permitiam que a lei fosse aprovada. tal como estava.

²⁹ Mais detalhes sobre resistência puritana e protestantismo no reinado de Elizabeth ver: COLLINSON, Patrick. *The Elizabethan Puritan Movement*. Londres: Oxford University Press, 1990.

Quando os Lordes terminaram com o projeto de lei, tudo o que dizia era que Elizabeth poderia reivindicar supremacia se ela quisesse. Os Lordes e Bispos Católicos poderiam ter, na sua prática religiosa uma interpretação própria dos atos de Supremacia e Soberania, devido seu caráter misto e idellogicamente confuso.

Haigh (1993) acredita que esse evento, e outros como ele, foi a causa da mudança súbita na política religiosa de Elizabeth. Em vez de usar linguagem manifestamente protestante, ela agora estava praticando a contenção. Ela mudou a linguagem em seu *Book of Common Prayer*, e nos Atos de Supremacia e Uniformidade, para ser menos ofensiva para sua classe nobre mais conservadora, e ainda assim teve problemas para fazer passar as leis pelo Parlamento. Infelizmente, essas mudanças não foram suficientes para satisfazer os mais conservadores nas áreas rurais. Ela enfrentou forte oposição dos plebeus. Eles se recusaram a seguir as diretrizes da igreja que haviam sido aprovadas pelo Parlamento, porque eram muito radicais. Elizabeth achou necessário remover ainda mais a língua protestante do *Book of Common Prayer* e da liturgia, a fim de manter a paz em seu país. (HAIGH, 1993, p. 242)

Haigh (1993) argumenta que mesmo com a criação de uma conciliação no reinado elisabetano, a maioria da população ainda se mantinha católica. O protestantismo teria seu impacto mais na comunidade letrada e urbana. No mundo rural do país, o catolicismo continuava majoritário. A reforma feita por Elizabeth foi decisivamente protestante no seu centro, no entanto, quando falamos das paróquias regionais, a relação com a religião seria “seria tão confuso e atrapalhada como antes” (HAIGH, 1993, p. 241)

Em contraponto, Patrick Collinson (1985) faz o argumento de que a Igreja Inglesa sob Elizabeth era completamente protestante, mas que exigir que o inglês comum seguisse estritamente a doutrina da igreja inglesa estabelecida no *Book of Common Prayer* era ilusório. Para eles não estava claro se isso era porque Elizabeth não podia controlar as bases do movimento, ou porque Elizabeth optou por não o impor. Ele argumenta que havia muitas seitas diferentes de protestantismo que se esforçavam para cumprir as restrições propostas pela Igreja Inglesa, que a maioria estava procurando mais do que o que a Igreja já estava fornecendo. Ele afirma que o ponto da Igreja Inglesa não era descobrir o que os indivíduos e crenças religiosas eram, mas um meio de unificar o país sob a Rainha e desenvolver um senso de identidade nacional através da religião. Sua teoria é sólida, especialmente quando se olha especificamente para os Trinta e Nove Artigos, mas ele negligencia a levar em conta a ação de uma Igreja

católica, que deu conforto à população, sabendo que eles poderiam depender da Igreja para cuidar de suas almas imortais, assim como eles sempre tiveram. (COLLISON, 1985, pp. 178-191)

Os historiadores têm se acostumado cada vez mais nos últimos anos a ver a Reforma Inglesa como um processo longo e lento, abraçando elementos significativos de continuidade e mudança. No lugar do quadro pintado por estudiosos como Haigh (1993), de uma rápida e popular introdução da nova religião, os historiadores têm enfatizado as dificuldades do protestantismo inglês, sua lenta aceitação pelo povo e sua fraqueza contínua. Muita atenção foi dada às divisões entre os tipos diferentes dos protestantes dentro da igreja inglesa. Do mesmo modo, muita atenção está atualmente a ser dada à sobrevivência e à vitalidade contínua do catolicismo inglês, de uma forma ou de outra. Em particular, a identificação dos papistas da igreja como uma categoria abriu novas e importantes linhas de investigação, com uma mudança de foco em relação aos recusantes e mártires - aqueles que corajosamente resistiram às exigências do Estado - para uma imagem mais sofisticada e matizada dos católicos que leva em conta aqueles que fizeram várias formas de compromisso.

Há razões para se ser cético quanto os aspectos desta historiografia. Em primeiro lugar, sugere que a dinâmica política ,chave do reinado, foi significativa e o conflito contínuo entre Elizabeth e seus ministros protestantes mais quentes. No entanto, isto levanta questões importantes. Por que, nesse caso, eles permaneceram seus ministros? A rainha e seus conselheiros discordaram fundamentalmente sobre questões cruciais, mas aparentemente nunca passou pela cabeça de Elizabeth ter outros conselheiros cujo pensamento estava mais de acordo com seus próprios valores.

A biografia da rainha de Haigh afirma que, ela era protestante, e também era realista. Enquanto ela adotou uma persona protestante, na sua maioria, seu país não. Ela e seus conselheiros acreditavam que era muito perigoso para a Inglaterra a radicalização porque deixaria a Inglaterra vulnerável a ataques de países católicos conservadores. (HAIGH, 2013, pp. 30-33)

No entanto, se houvesse esperança de conversão de Inglês a partir de dentro, então a Inglaterra estaria a salvo de ataque de fora. Haigh (2013) também afirma que Elizabeth temia que os católicos no interior, e foi por isso que ela lutou tanto para manter a Inglaterra no fim conservador do protestantismo. Este medo, infelizmente, levou à alienação dos protestantes mais radicais, e, no final, causou muitas das dificuldades que surgiram na conciliação religiosa de Elizabeth. Haigh (1993) concorda

com Collinson (1985) que a reforma de base cresceu fora do controle de Elizabeth, até certo ponto. Ele prossegue afirmando que Elizabeth teria preferido ter "homens honestos, sóbrios e sábios, e aqueles que sabem ler bem as escrituras e as homilias ao povo " (HAIGH, 2013, p. 44) do que homens educados que podem começar a escrever seus próprios sermões.

A historiografia revisionista dos anos 1980 e 1990 parece apoiar as teorias de Haigh (1993) sobre as ações de Elizabeth na Igreja. No entanto, ela não consegue explicar claramente por que exatamente Elizabeth teme os católicos dentro de seu próprio país, muitos dos quais a escolheram em detrimento do papa. As mudanças que ocorrem na historiografia através dos anos podem nos mostrar como os debates sobre a reforma inglesa e sobre a conciliação religiosa estão mudando de interpretação o tempo todo, conforme Peter Marshall escreve:

Historiadores acreditavam anteriormente que a Reforma surgiu em Henrique VIII reinar através de uma aliança construtiva entre a Coroa e um laicato anticlerical, desiludidos com a corrupção institucional e mal-estar espiritual da Igreja medieval tardia. Eles também geralmente assumiram que os preceitos protestantes de Sola Fide e Sola Scriptura rapidamente e extensivamente capturou a imaginação do povo inglês em meados do século XVI; como o principal especialista Tudor da época, G. R. Elton, anunciou em 1977. (MARSHALL, 2009)

A linha de pensamento revisionista de Christopher Haigh (1993) dismantelou sistematicamente a narrativa progressista da reforma inglesa, se libertando dos pressupostos protestantes e nacionalistas herdados e fazendo muito uso de fontes baseadas nas paróquias, tais como os relatos de *churchwardens*³⁰, o revisionismo argumentou que a Reforma não era nem rápida nem inevitável. Estes estudiosos defenderam o catolicismo tardio medieval como um sistema religioso flexível e dinâmico e com muita resistência e relutância a nível popular para a implementação da reforma. Em consequência, a maioria dos estudiosos agora aceita que a Reforma na Inglaterra foi um processo prolongado e de forma alguma diretamente unidirecional. (MARSHALL, 2009)

³⁰ Churchwardens são funcionários leigos que têm sido responsáveis pela gestão e manutenção de rotina das igrejas paroquiais em perpetuidade. Comumente conhecidos como guardas de tecidos antes do século XVI, eles foram eleitos para suas posições por outros membros do laicato (um corpo de pessoas que não estavam em ordens, em oposição ao clero). A análise era feita por meio das suas contas, ou seja, relatórios de inventário e gastos. Contas como estas apresentam ao historiador uma visão de épocas de grande mudança fornecendo evidências de mudanças físicas que ocorreram nas igrejas paroquiais durante a Reforma.

Para Christopher Haigh (1993), as condições para a reforma são "aleatórias e limitadas", "descontínuas ... e paralelas", impulsionadas para frente, para trás e para os lados pelas contingências da política e da política externa. Diarmaid MacCulloch (2001) concorda com tal abordagem, exprimindo que na Inglaterra havia "tantas reformas como havia monarcas no trono de Tudor depois da ruptura com Roma", embora ele acrescente como crucial que havia também outras reformas, "as reformas de pessoas comuns, estudiosos, clero, todos os quais podem colidir com o que os monarcas ingleses estavam fazendo tanto quanto eles poderiam apoiar as mudanças religiosas impostas de cima" (MARSHALL, 2009, p. 567). A rainha e os seus ministros foram obrigados a aceitar um acordo consideravelmente menos protestante do que queriam, nas palavras de Christopher Haigh, uma "Igreja bastante mais católica do que tinha sido planeada... uma Reforma sem convicção". (HAIGH, 1993, p. 241)

O nascimento da linha pós-revisionista, aprofundou as bases historiográficas que a linha revisionista deixou. Destaco aqui o papel do livro recente de Rosemary O'Day, *The Debate on the English Reformation (2015)*. Ela contribui no seu livro com a aceitação de que a reforma não foi diretamente unidirecional e sim longa e complicada. Em um dos seus capítulos, a autora destaca o papel de Christopher Haigh por sua análise historiográfica, mas também o critica, pois ele só se manteve aliado a quatro cenários possíveis: Reforma por cima ou por baixo; protestantização rápida ou lenta. (O'Day, 2015, p. 248)

A crítica que O'Day (2015) faz a Haigh é baseada em um dos trabalhos de Eamon Duffy (2010), outro historiador da linha de pensamento revisionista. Para a autora, o trabalho de Duffy, ao contrário de Haigh, mostra como a sobrevivência do catolicismo dentro do reinado de Elizabeth foi diminuindo com a chegada do século XVII. No início, a resistência católica foi responsável por diversas conspirações, porém, após os anos do Parlamento de 1581 e o Ato da Traição, o catolicismo foi destruído. Como explica O'Day:

Duffy contesta a inevitabilidade de um triunfo do Protestantismo. No entanto, quando tudo é dito e feito, a Reforma foi uma ruptura violenta, não a realização natural, da maior parte do que era vigoroso na piedade e na prática religiosa tardias medievais. 32 Ele vê o Catolicismo como o que une as comunidades. 33 Para ele, o legado da Reforma não era um povo protestante, mas um contexto espiritual e litúrgico destruído. Sem o tecido do catolicismo medieval e a solidariedade comunitária que ele sustentava, a própria sobrevivência do catolicismo como uma religião vibrante e popular estava ameaçada.

Assim, enquanto a Inglaterra não se tornou protestante até bem no reinado de Elizabeth, o catolicismo, como já havia sido, foi destruído. (O'Day, 2015, pp. 249-251)

O livro de O'Day, além de mencionar Haigh, também nos relata como a conciliação religiosa elisabetana é observada por outros historiadores. No entanto, me dedico aqui ao argumento que, apesar do livro ser um debate geral sobre a historiografia inglesa, uma resposta satisfatória sobre a reforma elisabetana ter dado certo ou não, necessita um pouco mais de análise.

Em um capítulo dedicado a análise da mudança na igreja através dos olhos da historiografia, O'Day menciona como a historiografia revisionista evidencia o papel da resistência católica dentro da conciliação religiosa elisabetana. Essa onda historiográfica, além de ser interpretada por Haigh pode ser observada também através dos livros de Diarmaid MacCulloch (2001).

Sobre as quatro formas de abordagem em relação a reforma protestante, MacCulloch (2001) argumenta que apesar de existirem conclusões contrastantes em torno das perguntas dos historiadores revisionistas, a resposta inglesa foi que a Reforma foi fragmentada por região: uma área poderia de fato fornecer um rápido recorte na Reforma. A reação popular foi muito tardia ao que sucessivos regimes protestantes estavam tentando.

A forma com que as ideias protestantes se disseminaram, especialmente na conciliação religiosa de Elizabeth, estão submetidas à participação popular nessas áreas. Um exemplo de desenvolvimento dos protestantismos seria nas áreas em que havia resquício de Lollardismo. A análise em relação as regiões é importante, pois quanto mais ao longe do centro urbano, mais devagar as ideias chegam nessas regiões. (MACCULLOCH, 2001, p. 126). No método de análise, MacCulloch (2001) reconhece que a utilização das *churchwardens accounts*, como fonte de conhecimento histórico, é necessário para evidenciar como a se deu aceitação à conciliação, assim como Christopher Haigh. De acordo com MacCulloch:

A investigação sobre as localidades utilizou duas fontes principais para examinar o impacto da mudança religiosa: os registros paroquiais, especialmente as contas dos churchwardens, e os testamentos. Estes tendem a dar duas imagens ligeiramente diferentes. Os registros paroquiais, como documentos oficiais, dão uma versão oficial da reação local: a resposta dos oficiais paroquiais às ordens transmitidas pelo governo. Eles têm a complicação adicional de

interpretar que os registros sobreviventes são muito pesados para o sul e oeste da Inglaterra. (MACCULLOCH, 2001, p. 139)

MacCulloch (2001) portanto, não critica Haigh mas dá grande valor a pesquisa de Haigh para o futuro do estudo da reforma protestante da Inglaterra. MacCulloch (2001) destaca o papel do estudo da Reforma Inglesa que começou a emergir das fontes, mais notavelmente no quadro extremamente influente de *Lancashire*³¹, escrito por Christopher Haigh e publicado em 1975, juntamente com o ápice da historiografia revisionista no trabalho *The English Reformation Revised*, também de Haigh, publicado em 2008.

MacCulloch (2001) argumenta que a Igreja Elizabetana era uma espécie de meio caminho entre Protestantismo e Catolicismo teologicamente, porém na prática muito mais protestante do que católico. Tinha a teologia das igrejas protestantes, mas a disciplina dos católicos. Ele, no entanto, afirma que esta não era necessariamente o resultado de um planejamento cuidadoso, mas foi mais ou menos um acidente. Elizabeth e seus bispos se encontravam muitas vezes em conflito sobre a doutrina, e com resultado das decisões políticas deste conflito.

Os resultados de meio século de desenvolvimento de estudos sobre a Reforma tem sido, tanto para olhar de perto como para olhar de forma ampla. A pluralização da reforma através da análise de *English Reformations* de Haigh, mostra o interesse em discutir a Reforma Protestante num contexto mais amplo identificando assim, as reformas urbanas e rurais ao lado uma da outra. (MACCULLOCH, 2016, pp. 245-254) A análise proposta por MacCulloch (2001) coincide com a de Haigh (1993). Apesar da conciliação religiosa ter sido um comprometimento entre católicos e protestantes, no seu interior, juntamente com sua teologia confusa, não chegou a resolver todos os problemas religiosos da Inglaterra. A grande maioria da população aceitou a conciliação, apesar das resistências puritanas e católicas, uma mudança dentro das mentalidades da população foi lenta e gradual. A própria conciliação religiosa foi contestada várias vezes, o que pode indicar sua impopularidade. No entanto, foi uma tentativa de resolver a divisão religiosa que existia na Inglaterra na época e que nunca iria agradar a todos.

A rainha Elizabeth tinha visto de longe, com grande preocupação, as guerras religiosas que estavam dilacerando o reino no continente. Quando ela se tornou rainha,

³¹ Para saber mais sobre esse trabalho ver: HAIGH, Christopher. *Reformation and Resistance in Tudor Lancashire*. London: Cambridge University Press, 1975.

sabiamente decidiu ocupar-se da cura da tensão religiosa na Inglaterra, realizando o melhor que ela poderia, a fim de evitar que sua nação de cair em um destino semelhante. Enquanto alguns protestantes e alguns católicos contestaram aspectos da política religiosa de Elizabeth, a maioria achou que era extremamente tolerável. Se compararmos as decisões de Elizabeth sobre religião com as de seus antecessores, contemporâneos e até mesmo seu sucessor, é muito claro que sua política era a menos opressiva. A rainha Elizabeth realmente fez um esforço de consciência para apaziguar a maioria de seus súditos, permitindo-lhes suas convicções religiosas, desde que permanecessem súditos leais.

A resistência ocorreu entre os puritanos, que pensavam que a rainha não tinha ido suficientemente longe para o protestantismo. Para concluir, pode-se argumentar que, entre os extremos, o acordo não teve sucesso, pois houve resistência contínua durante todo o período. Apesar disso, ele foi amplamente aceito entre a população comum.

A conciliação evitou uma revolta em grande escala e, portanto, pode ser considerado pelo menos parcialmente bem-sucedido. No entanto, a presença contínua de católicos e conspirações contra o monarca, bem como a existência de puritanos mostra que o acordo não foi inteiramente bem-sucedido em criar uma fé uniforme.

A Reforma da Igreja de Elizabeth I foi um caso complicado. Como já foi mencionado anteriormente, por causa do clima religioso no país, quando Elizabeth assumiu o trono, ela tinha que ser cautelosa e circunspecta enquanto restaurava a igreja de seu pai. Mas ela não era uma revivalista passiva. Ela criou um tipo completamente novo de igreja, misturando teologia protestante com estrutura católica, e embora sua política possa ter tecnicamente chamado por uma nação completamente protestante, ela não era de fazer janelas para a alma dos homens. A natureza da igreja Elizabetana (a via média) pode ser resumida dizendo que os sinais exteriores, a hierarquia clerical e o *Book of Common Prayer*, eram católicos, enquanto a parte interna, a doutrina era protestante. Mesmo que ela não tenha percorrido o caminho perfeito do meio, como ela disse que faria, ela ainda foi capaz de criar um equilíbrio para a sua nação

Conclusão: A reforma elisabetana e seu legado

Ao final deste trabalho, podemos recapitular algumas coisas. Em primeiro lugar, vimos como a reforma protestante no século XVI na Inglaterra foi desenvolvida nos reinados de Henrique VIII, Eduardo VI e Elizabeth I, e como a criação da conciliação

religiosa nesse último reinado foi responsável e ,considerado, o centro da reforma protestante inglesa.

As consequências do cisma de Roma no reinado de Henrique VIII se tornaram um grande marco para história da Inglaterra, e permearam todos os reinados seguintes nos seus aspectos religiosos e políticos. A forma com que o reinado de Henrique VIII criou as bases da qual a conciliação religiosa iria se erguer nos permitiu analisar como todos os reinados anteriores ao de Elizabeth impactaram a política religiosa da rainha.

Observamos também como os extremos, tanto católico quanto protestante, dos reinados de Eduardo VI e Maria I, moldaram o panorama do debate religioso no qual o reinado de Elizabeth I se insere. Os avanços protestantes realizados por Eduardo VI foram essenciais para a criação do *Book of Common Prayer* de 1559, utilizado na conciliação religiosa.

O protestantismo extremo de Eduardo foi contra-atacado com a restauração do catolicismo com Maria I. O reinado na rainha católica tentou restaurar o catolicismo dentro da Inglaterra. Mesmo com certo sucesso, as políticas de perseguição e execução de protestantes se transformaram em um dos fatos históricos mais conhecidos de seu reinado, no entanto, com a morte prematura de Maria I, grande parte da sua restauração foi interrompida, para que Elizabeth I pudesse chegar ao trono.

O reinado de Elizabeth é marcado na historiografia por sua conciliação religiosa. Tomados em conjunto, os Atos de Supremacia e Uniformidade, complementados por Injunções Reais em julho de 1559, completaram a conciliação religiosa em que se baseia a Igreja de Inglaterra. O híbrido assim criado foi um compromisso que deixou numerosas questões por resolver. Ao contrário da maioria dos seus súditos, Elizabeth não tinha apetite por mais reformas, e apesar das suas tentativas de impedir debates religiosos, estes foram apresentados em todos os parlamentos subsequentes do reinado. A religião era uma questão altamente controversa na Inglaterra Tudor.

Muitos tinham opiniões que os colocavam firmemente em um ou outro canto. A conciliação religiosa de 1559 foi uma tentativa honesta de trazer tanto quanto possível os ingleses para o rebanho protestante - mas nunca poderia ter satisfeito os desejos daqueles que estavam nos extremos religiosos da sociedade.

Elizabeth mesmo não resolvendo todos os problemas religiosos do país, criou após 1571 um sentimento anticatólico que abordamos através do habitus de Bourdieu. Tal sentimento será a base do protestantismo avançado do reinado de Jaime I e das perseguições católicas, tendo impacto também na revolução de 1640.

O habitus dentro do reinado de Elizabeth faz parte da particularidade do processo de construção das identidades a partir das mudanças religiosas feitas pela rainha, local onde o habitus se encontra. No contexto do reinado de Elizabeth I, as mudanças estruturais realizadas pela conciliação religiosa aliadas a uma reforma voltada para o lado protestante, realizou uma mudança nos pensamentos, culturas e ideias da população em torno do protestantismo. A criação desse habitus se intensificou com a ameaça católica externa após 1571, e foi consolidado depois de 1590, onde vemos uma grande resistência protestante ao catolicismo. Desse modo, o habitus presente dentro do reinado elisabetano seria a transformação das mentalidades populacionais para uma maior aceitação do protestantismo e uma condenação do catolicismo.

Verificamos como o debate historiográfico nos permite analisar as diferentes interpretações sobre a conciliação religiosa. As diferentes vertentes historiográficas nos mostram que a tentativa de Elizabeth de construir uma conciliação se tornou frutífera em certos aspectos e infrutífera em outros.

A conciliação religiosa elisabetana estabeleceu um marco na historiografia inglesa onde os debates sobre seu sucesso ou falha se estendem até os dias de hoje. Percebemos como o debate historiográfico é amplo, e como a escola revisionista dos anos 1980 contribuiu imensamente com o debate, principalmente os historiadores Christopher Haigh (1982), Diarmaid MacCulloch (2001) e Patrick Collinson (1985)

Haigh (1993) e MacCulloch (2001) apesar de argumentarem em dois lados diferentes da mesma moeda, acabam concordando entre si que a conciliação religiosa elisabetana não mudou totalmente o cenário religioso na Inglaterra. A tentativa da rainha foi infrutífera na construção de uma nação piedosamente protestante, que iria se consolidar somente no reinado de Jaime I.

A conciliação falhou em acabar com as disputas religiosas. Quando a maioria da população se conformou gradualmente à igreja estabelecida, uma minoria dos recusantes permaneceu católicos romanos leais. Dentro da igreja de Inglaterra, os puritanos pressionaram a Coroa para remover o que consideraram abusos de *popery* na liturgia da igreja e para substituir bispos com um sistema presbiteriano do governo da igreja. Após a morte de Elizabeth, os puritanos foram desafiados por uma igreja elevada, pelo partido arminiano³² que ganhou o poder durante o reino de Charles I. A guerra civil inglesa e o derrubada da monarquia permitiram que os puritanos

³² O arminianismo é uma escola de pensamento soteriológica, baseada sobre ideias do holandês Jacobus Arminius e seus seguidores históricos, os remonstrantes.

perseguissem sua agenda da reforma e o dismantelamento da conciliação religiosa elisabetana.

Após a restauração em 1660, o assentamento foi restaurado, e os puritanos foram forçados a sair da Igreja da Inglaterra. O anglicanismo tornou-se definido pela via mediática ou via intermédia entre os extremos religiosos do catolicismo e do protestantismo; o arminiano e o calvinismo; e a igreja alta e a igreja baixa.

Referências Bibliográficas

Livros:

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. **A Reforma da Igreja em Inglaterra Acção Feminina, Protestantismo e Democratização Política e dos Sexos: Textos**

universitários de ciências sociais e humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: Conceitos Fundamentais.** São Paulo: Editora Vozes, 2018.

COLLINSON, Patrick. **A Reforma.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

COLLINSON, Patrick. **The Elizabethan Church and the New Religion.** in **The Reign of Elizabeth I**, ed. Christopher Haigh. Athens: University of Georgia Press, 1985

DORAN, Susan. **Elizabeth I and Religion 1558-1603.** London: Routledge, 1994

DUFFY, Eamon. **Fires of Faith: Catholic England under Mary Tudor.** New York: Yale University Press, 2010.

DUFFY, Eamon. **The Stripping of the Altars.** New York: Yale University Press. 2005.

GUY, John. **My Heart is My Own: The Life of Mary Queen of Scots.** London: Fourth Estate, 2004.

GUY, John. **Tudor England.** London: Routledge, 1988.

HAIGH, Christopher. **Elizabeth: Profiles in Power.** London: Taylor & Francis, 1988.

HAIGH, Christopher. **English Reformations: Religion, Politics, and Society under the Tudors.** London: Oxford University Press, 1993

KAUFMAN, Peter Iver. **The Protestant Opposition to Elizabethan Religious Reform.** In: TITTLER, Robert; NORMAN, Jones (Org.). **A Companion to Tudor Britain.** London: Blackwell Publishing Ltd, 2004. p. 271-288

NEWCOMBE, David. **Henry VIII and the English Reformation 2nd Edition.** London: Taylor & Francis, 2001.

MACCULLOCH, Diarmaid. **All Things Made New: The Reformation and its Legacy.** New York: Oxford University Press, 2016.

MACCULLOCH, Diarmaid. **The Later Reformation in England 1547-1603 2nd Edition**. London: Palgrave Macmillan, 2001.

MACCULLOCH, Diarmaid. **The Reign of Henry VIII: Politics, Policy and Piety**. London: Palgrave Macmillan, 1995.

MACCULLOCH, Diarmaid. **Tudor Church Militant: Edward VI and the Protestant Reformation**. London: Allen Lane, 2001

MARSHALL, Peter. **Reformation England 1480–1642**. 2. ed. New York: Bloomsbury Academic, 2012

O'DAY, Rosemary. **The Debate on the English Reformation 2nd Edition**. Manchester: Manchester University Press, 2015.

RYRIE, Alec. **The Age of Reformation: The Tudor and Stewart Realms 1485-1603**. London: Routledge, 2009.

WRIGHTSON, Keith. **A Social History of England, 1500-1750**. London: Cambridge University Press, 2017.

Artigos:

CARVALHO, Karine Fernandes de. Os Conceitos de Habitus e Campo na Teoria de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, Unesp FCLAr, n. 9, 2003, p. 102-103. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10510/6830> Acesso em: 25 Out. 2019

MARSHALL, Peter. (Re)defining the English Reformation, **Journal of British Studies**, Vol. 48, No. 3, p. 564-586, Julho 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27752571> Acesso em: 10 set. 2019

HAIGH, Christopher. The Recent Historiography of the English Reformation, **The Historical Journal**, Vol. 25, No. 4, p. 995-1007, Dezembro 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2638647> Acesso em: 15 set. 2019